

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
AMBIENTE REGULATÓRIO	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	8
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	15
GOVERNANÇA CORPORATIVA	15
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	16
INVESTIMENTOS	16
GERENCIAMENTO DE RISCOS	18
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	19
RESPONSABILIDADE SOCIAL	19
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	26
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	28
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	29
BALANÇOS PATRIMONIAIS	30
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	32
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	33
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	34
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	35
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	37
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
1. CONTEXTO OPERACIONAL	38
2. BASE DE PREPARAÇÃO	41
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	66
4. DAS CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	69
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	75
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS	78
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	78
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	79
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	80
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	80
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	83
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	83
14. INVESTIMENTOS	84
15. IMOBILIZADO	93
16. INTANGÍVEIS	97
17. FORNECEDORES	98
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	99
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	100
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	105
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	105
22. PROVISÕES	109
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	113
24. RECEITA	116
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	118
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	120
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	120

28.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	122
29.	MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	132
30.	SEGUROS	134
31.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	136
32.	DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA	137
33.	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	138
34.	EVENTOS SUBSEQUENTES	138
	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	140
	PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	143
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES	144
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	145

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.S. as o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um ano de grandes mudanças, complexidade e desafios.

Gostaríamos de, mais uma vez, manifestar a confiança da Diretoria Executiva de entregar os compromissos assumidos com os acionistas da empresa de agregação de valor e crescimento.

Neste ano, tivemos inequívocas provas do acerto de nossas decisões refletidas não só nos resultados do ano, mas como também em diversas manifestações de acionistas e investidores por ocasião de captação de recursos, com integral apoio, ou mesmo de declarações em eventos dos quais participamos.

Estamos confiantes que nossa visão estratégica, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

Nossa estratégia de buscar a eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais temos participação significativa no capital e na gestão.

O resultado que obtivemos em 2012 é de grande repercussão devido à sua dimensão, pois, o lucro líquido alcança a R\$1,9 bilhões, que comparativamente ao ano anterior representa um crescimento de 51,22%.

Destaca-se a oferta de ações da TAESA que obteve uma enorme receptividade por parte dos investidores e que resultou em um ganho significativo para a TAESA e se refletiu de maneira positiva em nossos resultados com um ganho de R\$259 milhões para a Cemig GT. Esta bem sucedida oferta, executada em condições de mercado consideradas desfavoráveis é uma clara demonstração de confiança dos investidores em nossas estratégias. TAESA se constitui no veículo preferencial do Grupo Cemig para conduzir os investimentos na área de transmissão de energia elétrica.

O mercado brasileiro de capitais mais uma mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento de nossas atividades totalizando R\$3,9 bilhões captados.

Por outro lado, tivemos no dia 11 de setembro a edição da medida provisória 579 pelo Governo Federal que abordou o tema da renovação das concessões cuja data de expiração estava estabelecida nos respectivos contratos para o período de 2015 a 2017.

Propunha o Governo Federal a antecipação do vencimento das concessões para janeiro de 2013 e impunha um cronograma para a tomada de decisão sobre a adesão ou não que terminava no dia 4 de dezembro de 2012, prazo considerado exíguo pela maioria das empresas envolvidas. Também alterava o regime dos contratos de concessão uma vez que as concessionárias passariam à condição de prestadora de serviços de manutenção e operação diferentemente dos contratos atuais nos quais além dos serviços mencionados se incluía a comercialização dos produtos dos ativos. Como compensação, o Governo Federal reembolsaria as concessionárias cujos ativos não estivessem ainda depreciados pelo valor de reposição. O objetivo da proposta era transferir os produtos dos ativos a custos de operação e manutenção para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica com o intuito de reduzir de forma significativa a tarifa final dos consumidores tendo como benefício adicional o controle da inflação.

A Cemig GT, convencida dos benefícios para seus consumidores, decidiu aderir aos novos contratos de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica entendendo que, assim fazendo, protegeria também os interesses de seus acionistas. O ressarcimento do valor residual dos ativos de transmissão, a despeito de não estarem definidos todos os critérios para seu cálculo, atende minimamente o que consideramos justo frente aos investimentos feitos.

Entretanto, no que se refere aos ativos de geração, julgou-se que, para aquelas concessões de segunda renovação, a proposta de prestação de serviços de operação e manutenção não ofereciam condições mínimas para a prestação de um serviço de qualidade e correspondente à responsabilidade de prestá-lo. Para as concessões de primeira renovação, entendemos que nosso contrato garante a renovação por adicionais vinte anos e, portanto, pelo benefício proporcionado aos acionistas e clientes, não deveríamos aderir. Desta forma, a decisão foi de não aderir para as primeiras, e para as segundas prosseguir conforme estabelece o rito contratual, solicitando sua renovação conforme o vencimento de cada uma. Nossa expectativa é de que nossos direitos serão respeitados e que possamos seguir prestando serviço de qualidade para nossos clientes.

Temos desafios a enfrentar no próximo ano e estamos confiantes de que nossa visão estratégica nos conduz às ações mais benéficas para os acionistas e clientes.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo incontestável apoio às nossas iniciativas de melhoria operacional e introdução de novas tecnologias. Nosso corpo de empregados se insere dentre os mais atuantes do setor elétrico e responsável pela excelente reputação de eficiência e competência técnica que desfrutamos.

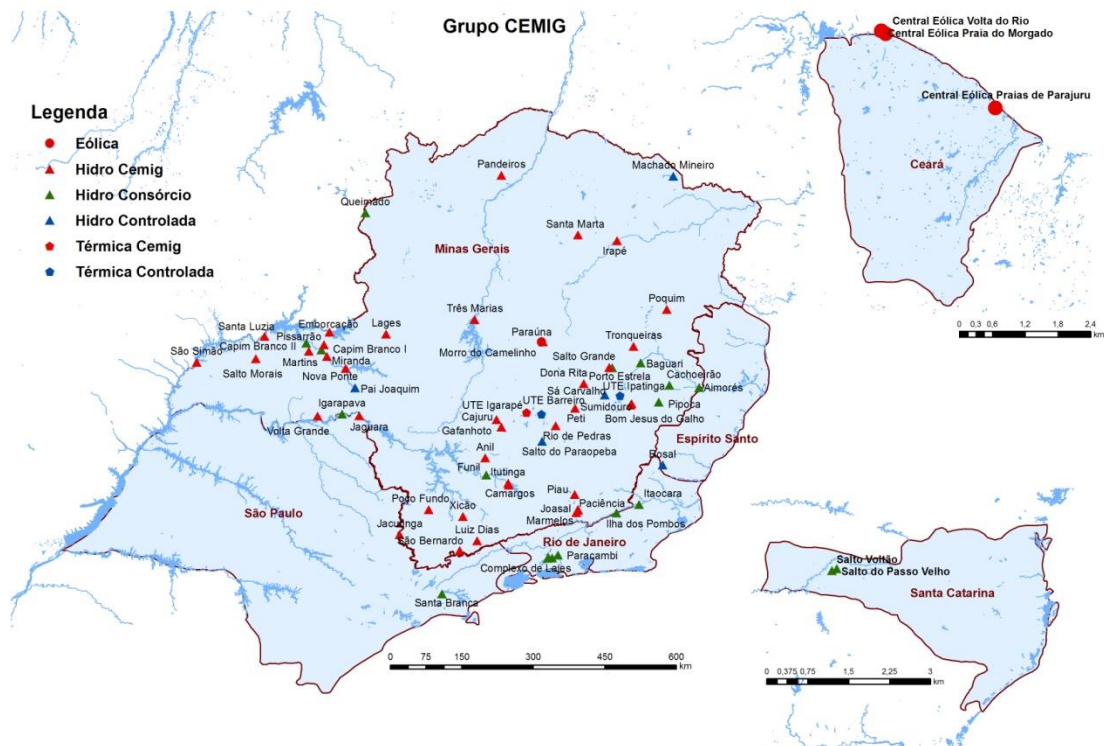
Reafirmamos que a obtenção destes resultados só foi possível pelo apoio de todos os acionistas da empresa, em especial, o acionista majoritário, representado pelo Sr. Governador Antonio Anastasia a quem agradecemos a incontestante confiança demonstrada ao longo do ano.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado em 2010 pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Cemig Geração e Transmissão possui, em operação, 52 usinas, sendo 46 hidrelétricas, 2 termelétricas e 4 eólicas, com capacidade instalada de 6.362 MW.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão.



Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional.

A Cemig GT operou uma rede de transmissão em 2012 de 9.413 km (8.794 Km em 2011).

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os prazos dos contratos de concessão variam de acordo com a data da outorga.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 ("MP"), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançada pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

No que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações:

Transmissão de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação de seu contrato de concessão. Como principais efeitos dessa renovação, a Companhia passará a auferir uma receita anual referente à operação e manutenção das linhas de transmissão no montante previsto de R\$148,5 milhões para 2013 em comparação a receita anual de R\$485,2 milhões que seria auferida em 2013 em conformidade aos critérios do contrato de concessão anterior, onde havia a remuneração pela operação e manutenção e a remuneração pelos investimentos ainda não amortizados pela Companhia. Os valores mencionados são líquidos dos impostos.

Em decorrência da renovação das concessões, a Companhia registrou um ganho de R\$192 milhões em 2012 referente à diferença entre o valor contábil dos ativos a serem indenizados e o valor esperado a ser recebido do Governo Federal.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as 18 concessões de geração de energia elétrica que já foram renovadas uma vez pelo Poder Concedente e, dessa forma, continuará a auferir receitas desses ativos em conformidade aos critérios previstos nos contratos de concessão.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

As decisões tomadas pela Cemig em relação à MP, mencionadas acima, refletem o compromisso da Companhia para com os acionistas, empregados e demais partes interessadas na manutenção da sustentabilidade e do crescimento da Companhia.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$1.919 milhões em comparação ao resultado de R\$1.269 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 51,22%. O resultado foi positivamente impactado pelo aumento de 19,68% na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 14,74% nos custos e despesas operacionais.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012 R\$ milhões	2011 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.671	4.152	12,50
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.490	1.305	14,18
Receita de Construção	119	92	29,35
Receita de Indenização de Transmissão	192	-	100,00
Transações com energia na CCEE	263	148	77,70
Outras receitas operacionais	25	22	13,64
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.336)	(1.187)	12,55
	5.424	4.532	19,68

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Preço Médio – R\$	
	MWh (*)		R\$ milhões		2012	2011
	2012	2011	2012	2011		
Industrial	20.279.633	19.841.439	2.791	2.488	137,63	125,39
Comercial	242.626	101.282	64	23	263,78	227,09
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	12	66	-	-
	20.522.259	19.942.721	2.867	2.577	139,70	129,22
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	14.321.540	15.300.801	1.764	1.539	123,17	100,58
Vendas no Proinfa	126.900	120.827	40	36	315,21	297,95
	34.970.699	35.364.349	4.671	4.152	133,57	117,41

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.671 milhões em 2012 em comparação a R\$4.152 milhões em 2011, representando um aumento de 12,50%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,91% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio de venda para esses consumidores, que passou de R\$129,22 em 2011 para R\$139,70 em 2012, um aumento de 8,11%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 6,40%, houve um aumento de 14,62% na receita com energia vendida, R\$1.764 milhões em 2012 comparados a R\$1.539 milhões em 2011, em função do aumento de 22,46% no preço médio de venda da energia, R\$123,17 em 2012 em comparação a R\$100,58 em 2011.

Receita de Concessão da Transmissão e indenização

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.490 milhões em 2012 comparados a R\$1.305 milhões em 2011, um aumento de 14,18%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$696 milhões em 2012 comparada a R\$564 milhões em 2011.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579, no valor de R\$192 milhões. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.336 milhões em 2012 comparados a R\$1.187 milhões em 2011, um aumento de 12,55%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE/Proinfa foram de R\$73 milhões em 2012 na comparação com R\$56 milhões em 2011, com aumento de 30,36%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas repassadora deste custo, uma vez que os valores são cobrados dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$49 milhões em 2012 na comparação com R\$59 milhões em 2011, com redução de 16,95%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.428 milhões em 2012 na comparação com R\$2.116 milhões em 2011, representando um aumento de 14,74%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2012 foi de R\$312 milhões, comparados a R\$300 milhões em 2011, representando um aumento de 4,00%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos salários dos empregados em função de acordos coletivos de nov/11 (efeito integral em 2012) e nov/12, com reajustes médios de 8,20% e 4,5%, respectivamente, parcialmente compensado pela redução na quantidade média de empregados que passou de 1.804 em 2011 para 1.760 em 2012.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$63 milhões em 2012 comparados a R\$55 milhões em 2011, representando um aumento de 14,55%. Este resultado decorre principalmente do reajuste salarial ocorrido em 2011 e 2012 conforme mencionado acima e ao melhor resultado financeiro apurado em 2012.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$729 milhões em 2012 comparados a R\$583 milhões em 2011, representando um aumento de 25,04%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização em 2012, com a compra de energia para revenda, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$218 milhões em 2012 na comparação com R\$164 milhões em 2011 representando um aumento de 32,93%. A principal variação ocorreu nos serviços de manutenção e instalações de equipamentos elétricos, advindos principalmente da UNISA, subsidiária integral da nossa controlada em conjunto TAESA. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 25b das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$92 milhões em 2011, representando um aumento de 28,26%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e seu aumento decorre de maior investimento em ativos da concessão no exercício de 2012.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$640 milhões em 2012 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$662 milhões em 2011, uma redução de 3,32%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Renda de Aplicação Financeira: esta receita foi de R\$174 milhões em 2012 comparados a R\$253 milhões em 2011, representando uma redução de 31,23%. Esta redução decorre de menor volume de recursos aplicados em 2012.
- Receita de Variação Cambial: reconhecimento de R\$29 milhões em 2012 advinda, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto TAESA.
- Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: em 2012 esta despesa foi de R\$588 milhões comparados a R\$747 milhões em 2011 representando uma redução de 21,29%. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI em 2012 em comparação a 2011. A variação do CDI em 2012 foi de 8,37% comparada a 11,64% em 2011.
- Despesa de Variação Cambial: O valor da despesa com variação cambial foi de R\$44 milhões em 2012 comparados a R\$11 milhões em 2011. O aumento decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada em conjunto TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.
- Variação Monetária das Concessões Onerosas: O valor da variação monetária foi de R\$33 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 5,10% em 2011 para 7,82% em 2012.

- Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos: esta despesa foi de R\$130 milhões em 2012 na comparação com R\$88 milhões em 2011. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA em 2012 em comparação a 2011. A variação acumulada do IPCA em 2012 foi de 5,53% comparada a 6,64% em 2011;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$693 milhões em relação ao Resultado de R\$2.612 milhões, representando um percentual de 26,52%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$484 milhões em relação ao Resultado de R\$1.753 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,60%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 29,08% em 2012 na comparação com 2011, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	1.919	1.269	51,22
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	693	484	43,18
+ Resultado Financeiro	640	662	(3,32)
+ Amortização e Depreciação	357	381	(6,30)
= LAJIDA	3.609	2.796	29,08

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$825 milhões, em comparação com R\$1.550 milhões em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta redução são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2012 e 2011 totalizou R\$2.177 milhões e R\$2.083 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado por atividades operacionais em 2012 em comparação com 2011 deveu-se, substancialmente, ao aumento do resultado do exercício, que passou de R\$1.269 milhões em 2011 para R\$1.919 em 2012.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2012 e 2011 totalizou, respectivamente, R\$1.756 milhões e R\$1.464 milhões. O aumento nos valores consumidos em atividades de investimento em 2012 comparado com 2011 deveu-se principalmente ao maior volume de investimentos em títulos e valores mobiliários (R\$1.250 milhões aplicados em 2012 contra R\$149 milhões resgatados em 2011), parcialmente compensado pelo caixa líquido recebido na diluição de controlada em conjunto no montante de R\$647 milhões.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2012 totalizou R\$1.146 milhões, e foi composto pela amortização de R\$3.888 milhões de financiamentos, pagamento de R\$979 milhões em dividendos e R\$220 milhões juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$3.941 milhões.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2011 totalizou R\$830 milhões, e foi composto pela amortização de R\$743 milhões de financiamentos e o pagamento de R\$1.057 milhões em dividendos e R\$223 juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$1.193 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig tem se dado de forma sustentável.

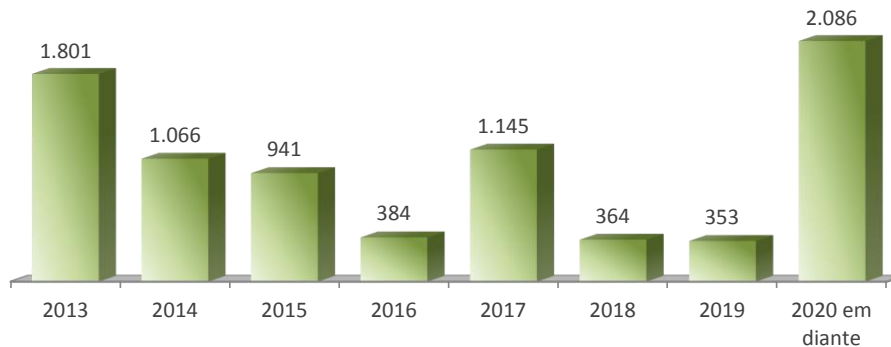
Entre as principais operações de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, totalizando R\$1.350 milhões. Foram emitidos R\$480 milhões em debêntures da primeira série, R\$200 milhões em debêntures da segunda série e R\$670 milhões em debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Vale destacar que esse Novo Mercado é resultado de um esforço conjunto, implementado pela CVM, Banco Central, BNDES, Ministério da Fazenda e pelas empresas, no sentido de se fomentar um ambiente de negociação mais líquido no mercado secundário, capaz de ampliar a base de investidores (inclusive de investidores estrangeiros) e, mais importante, proporcionar a realização de operações de mais longo prazo e vinculadas a índices de preços, compatíveis com os investimentos em infraestrutura necessários para o crescimento do país, criando alternativas de financiamento complementares aos recursos do BNDES.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2013 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$1.919 milhões e R\$108 milhões, respectivamente, seja dada a seguinte destinação:

- R\$220 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$684 milhões referente dividendos intermediários já declarados em 2012;
- R\$96 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$88 milhões para pagamento de dividendos adicionais; e,
- R\$939 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido para garantir as amortizações de empréstimos e financiamentos e também investimentos previstos para 2013, conforme orçamento de capital da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de três anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2012, foram realizadas 29 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Contamos ainda com seis Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei *Sarbanes-Oxley*. Em 2012 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, procedemos, em 2012, a troca dos nossos auditores. No exercício de 2011 nossos auditores foram a KPMG Auditores independentes que permaneceram até o final da auditoria das Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2012, arquivadas na CVM em 14 de maio de 2012. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2012, nossos auditores passaram a ser a Deloitte Touche Tohmatsu que são responsáveis pela auditoria de nossas Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig GT foram como segue:

Serviços	2012 R\$ mil	% em relação à auditoria	2011 R\$ mil	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Contábeis	271	76,77	206	68,21
Avaliação de controles internos - SOX	82	23,23	84	27,82
Auditoria de Projetos de P&D	-	-	12	3,97
	353	100,00	302	100,00
Serviços adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	24	6,80	40	13,25
Tradução de relatórios	1	0,28	3	0,99
Treinamento de DIPJ e mudanças na legislação	-	-	6	1,99
	25	7,08	49	16,23
Total	378	107,08	351	116,23

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei *Sarbanes-Oxley* e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

INVESTIMENTOS

Novas aquisições

As aquisições de novos ativos vão ao encontro da estratégia da Cemig em se tornar uma empresa consolidadora, aumentando a sua competitividade no mercado, sendo as principais aquisições descritas a seguir.

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig, Cemig GT e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), celebraram um Instrumento Particular de Investimento em Ativos de Transmissão pelo qual foi acordada a transferência à TAESA das participações acionárias minoritárias detidas pela Cemig e Cemig GT no capital social das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica (i) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE; (ii) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; (iv) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; (v) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. (“Reestruturação Societária”).

Dentro do escopo da Reestruturação Societária, a TAESA desembolsará o valor de R\$ 1.732 milhão; sendo R\$1.668 milhão para a Cemig e R\$64 milhões para Cemig GT, corrigido pelo CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não. O valor envolvido foi acordado pelas companhias com base em avaliações técnicas contratadas junto a avaliadores externos independentes.

Com a implementação da Reestruturação Societária, a TAESA terá participação em 9.378 km de linhas de transmissão, resultando em um acréscimo de 3.127 km, reforçando sua capacidade de geração de caixa e resultados para os acionistas.

A Reestruturação Societária tem prevista a sua conclusão para 2013, após à aprovação dos órgãos de defesa da concorrência, incluindo o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, estando ainda sujeita à obtenção das aprovações prévias pertinentes, nas quais se incluem a anuência da ANEEL e dos bancos financiadores, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 03 de julho de 2012, a TAESA concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (Abengoa) no capital social da UNISA. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da aquisição foi de R\$904 milhões.

Outros Investimentos

Geração

No exercício de 2012 foram realizados cerca de R\$162 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias no parque gerador da Cemig GT, com os seguintes destaques:

- SPE – Amazônia Energia Participações S.A. (Belo Monte) - R\$97 milhões – A Cemig GT possui 74,5% de participação na Amazônia Energia que por sua vez possui 9,77% de participação na Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este empreendimento que encontra-se com 24,93% de sua implantação realizada e a entrada em operação da casa de força principal está prevista para março de 2016.
- SPE Guanhães (Programa Minas PCH) – R\$19 milhões - Em setembro de 2012 foi iniciada a construção de quatro PCHs no Leste de Minas Gerais, com capacidade total instalada de 44 MW: Senhora do Porto, Dores de Guanhães e Jacaré, localizadas no município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, nos municípios de Guanhães e Virginópolis. Para este empreendimento, que tem a participação de 49% da Cemig, está previsto um investimento total de R\$321 milhões. As obras serão concluídas em dois anos e a primeira unidade entrará em operação comercial em maio de 2014.

Transmissão

No exercício de 2012 foram realizados cerca de R\$85 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias do sistema de transmissão da Cemig GT.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig, controladora da Cemig GT, obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2011, conforme parecer datado de 26/04/2012, da KPMG Auditores Independentes, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 27 de abril de 2012, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit).

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2012 a Companhia teve gastos registrados em suas demonstrações financeiras referente Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética no valor de R\$39 milhões.

Destacaram em 2012 as seguintes pesquisas e projetos:

Projeto Mineirão Solar - Essa usina solar fotovoltaica deverá ter uma potência de 1,2 MW fornecendo energia para o Estádio e para venda ao mercado, com previsão de entrada em operação em junho de 2013.

Projeto de pesquisa de energia solar fotovoltaica em Sete Lagoas - foi assinado um convênio na qual prevê a implantação de um parque de aplicação desta tecnologia e de uma plataforma solar experimental (Usina) de 3,3 MW em uma parceria entre a Cemig, a empresa espanhola Solaria Energia y Medio Ambiente, a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social desta Companhia.

Baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamados pela ONU em 1948, a Cemig GT construiu suas políticas internas, como as de Comunicação, Comunicação com a Comunidade, Recursos Humanos e Código de Conduta, promovendo a dignidade, os direitos, a liberdade e a igual proteção da lei, sem distinção, e assegurando que não realiza e não contrata empresas que possuam práticas que desrespeitam estes princípios, como o trabalho forçado, escravo ou infantil.

Em todas as interações da Companhia há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig GT.

Em novos empreendimentos ou naqueles que a Companhia administra, o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2012 para a Cemig Geração e Transmissão são:

Projeto Versol

O projeto Versol, que forma novos velejadores, foi fundamental para o reconhecimento do reservatório da usina de Três Marias como um local de prática do esporte e realização de competições. Iniciado em 2010, o projeto é uma parceria entre a Companhia e a Prefeitura de Três Marias e o Instituto Rumo Náutico, dirigido pelos irmãos Grael. No projeto são oferecidas 150 vagas por semestre, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 9 a 24 anos, alunos da rede pública de ensino. Os participantes recebem aulas de vela, caiaque, remo, natação, vôlei e outros esportes e praticam atividades lúdicas. Além disso, aprendem sobre mecânica náutica, noções climáticas, ecoturismo e biologia.

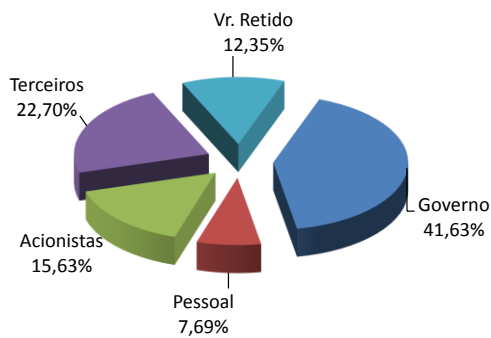
Programa Proximidade

Em 2012 foi criado o programa Proximidade, agregando mais informação, mais possibilidades de parcerias e incluindo o desenvolvimento social em seu escopo. Com o foco em desenvolver uma cultura sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig GT realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local. A programação inclui ainda uma visita guiada à usina instalada na região, para as pessoas conhecerem sua estrutura e funcionamento.

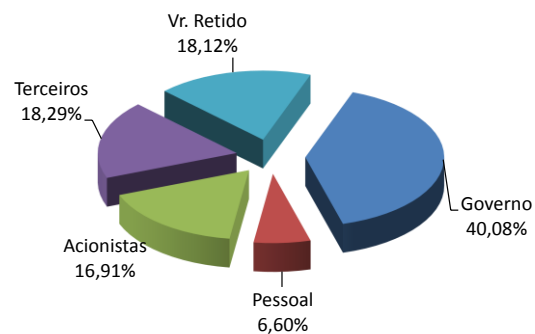
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$5.478 milhões de valor adicionado em 2012 em comparação a R\$4.535 milhões em 2011.

Distribuição do Valor Adicionado em 2011



Distribuição do Valor Adicionado em 2012



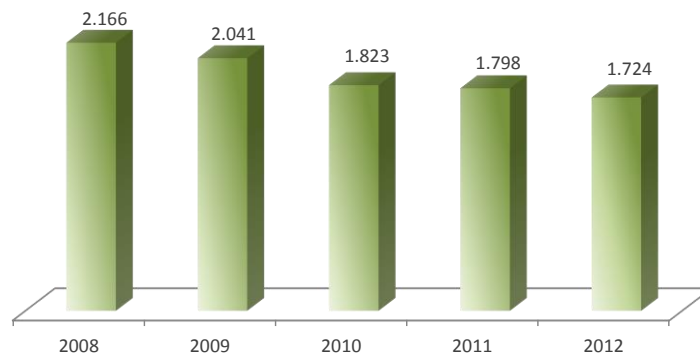
Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Como resultado dos estudos relativos a planejamento de pessoal e mantendo o alinhamento de sua política de pessoal à estratégia corporativa, foram publicados concursos públicos para o preenchimento de 243 cargos dos planos técnico-administrativo-operacional e do universitário, visando a recomposição do quadro de pessoal.

Número de empregados



Cultura e Sociedade

Em 2012, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado.

O Programa Filme em Minas 2011/2012 contemplou 32 projetos com investimento de R\$1,5 milhão.

Meio Ambiente

A Cemig historicamente possui como direcionador o cuidado ambiental em suas atividades e negócios, contribuindo para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente de forma sustentável.

Esta orientação é fundamentada principalmente em documentos corporativos como a sua Política Ambiental, a Política de Biodiversidade e as 10 Iniciativas para o Clima, publicados em 1990, 2010 e 2011, respectivamente

A Cemig GT possui uma estruturada gestão que busca instrumentalizar suas atividades para serem indutoras do desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua. Dentre elas, podem-se destacar os programas direcionados à preservação de peixes, à pesquisa e desenvolvimento em inovação e em alternativas energéticas.

Em 2012, o valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de R\$123,5 milhões, sendo R\$88,8 milhões em ações na implantação de novos empreendimentos e R\$34,7 milhões na gestão ambiental, destes, R\$6,2 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente. Os recursos aplicados em Consórcios onde a Cemig GT participa somaram R\$11,2 milhões. Como novos empreendimentos estão representados as PCH's Paracambi e Guanhães, as participações na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte.

Mudanças Climáticas

A Cemig GT apresenta uma matriz energética 98% advinda de fontes renováveis, especificamente, hidráulica em pequenas e grandes usinas hidrelétricas, eólica e solar. Investe fortemente em Pesquisa e Desenvolvimento em inovação e em fontes alternativas de energia, programas de eficiência e conservação energética e no desenvolvimento de projetos de MDL- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, previstos no Protocolo de Kyoto. Em 2012 a Cemig GT publicou o seu primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente.

Desde 2007, a Cemig GT responde ao CDP - Carbon Disclosure Project integrando o maior banco de dados global em impacto climático corporativo que representa 535 investidores globais com mais de US\$64 trilhões em ativos sob gestão.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Em 2012 o licenciamento corporativo iniciou os processos de licenciamento corretivo dos empreendimentos com operação antes de fevereiro de 1986. No fim do ano foi obtida a licença de operação corretiva (LOC) para a Usina de Emborcação, segunda maior usina da Cemig GT. A licença da Usina de São Simão, maior usina da Cemig GT, foi renovada.

Já foram obtidas as LOCs para os seguintes empreendimentos: Usinas Hidrelétricas Itutinga e São Simão; as pequenas centrais hidrelétricas Gafanhoto, Joasal, Paciência, Pissarrão, Poquim, Rio de Pedras, Salto Morais, Santa Luzia, Emborcação e UTE Barreiro.

Em 2012 foi obtida a outorga de direito de uso das águas para aproveitamento hidrelétrico da UHE Irapé. A Cemig GT possui 210 certificados de outorga cadastrados (captação de água superficial, poços artesianos, geração hidrelétrica entre outros), sendo que sete foram emitidos em 2012 pelo órgão competente.

Gestão de Resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig – SGA Nível 1.

Em 2012 foram destinados 1,09 mil toneladas de resíduos, sendo que 930 toneladas foram alienados ou reciclados e 165 toneladas foram coprocessados ou incinerados. Dentro desses valores, foram alienadas 10 toneladas de óleo mineral isolante impróprio para consumo interno e coprocessadas 161 toneladas de resíduos impregnados com óleo.

Programas para a Ictiofauna

Um exemplo de integração entre a conservação ambiental e os benefícios sociais é o programa Peixe Vivo. Foi criado há cinco anos com o objetivo de criar medidas efetivas para a conservação da ictiofauna, favorecendo também as comunidades vizinhas que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. O Programa procura ampliar as atividades de peixamentos, pesquisas e alternativas preventivas para as ações de geração de energia com o menor impacto possível à ictiofauna. Em 2012 foram soltos mais de 800 mil alevinos, totalizando 17 toneladas de peixes em 142 peixamentos.

Flora e Fauna

A Companhia administra dois viveiros florestais localizados nas estações ambientais de Itutinga e de Volta Grande e um laboratório de sementes. As mudas produzidas são de espécies nativas e destinadas à arborização urbana e atendem aos programas ambientais e parcerias da Cemig GT com a sociedade. A Cemig GT produziu 386.391 mil mudas e 1.049 kg de sementes de espécies arbóreas.

Educação Ambiental

Desde 2001, a Cemig GT, a Cemig e suas subsidiárias integrais em parceria com a Fundação Biodiversitas desenvolvem o Programa Cemig de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente. Ao final de 2012, o programa registrou a marca de 174 novas escolas parceiras, 51.827 novos alunos envolvidos e mais de três mil professores capacitados com o material disponibilizado. Nos últimos 10 anos, o programa disponibilizou material didático para aproximadamente 18.796 educadores e envolveu mais de 301.920 alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Outras práticas com o foco em educação socioambiental são propagadas nas Estações Ambientais e em centros especializados localizados nos empreendimentos da Companhia. Somente em 2012 mais de 7,7 mil pessoas foram envolvidas nestas atividades que englobam desde a visita técnica, a participação em palestras, cursos e atividades lúdicas até a participação em eventos ambientais promovidos pela Companhia, como peixamentos e a soltura de animais silvestres recuperados nas estações ambientais.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2012, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Nacional da Qualidade

A Cemig GT, subsidiária integral da Cemig, foi a grande vencedora do Prêmio Nacional da Qualidade (“PNQ”) 2012. O PNQ, mais importante prêmio de gestão de empresas do Brasil, tem objetivo de promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade entre as organizações brasileiras.

Índice Carbono Eficiente – ICO2.

A Cemig foi selecionada pela terceira vez consecutiva para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente – ICO2. Desenvolvido pela BM&FBOVESPA e pelo BNDES, o ICO2 é um indicador baseado na carteira do IBrX-501 que leva em consideração, na ponderação das ações participantes, a relação entre a receita bruta e as emissões de gases de efeito estufa (GEE) das empresas, ou seja, avalia a eficiência em emissões de carbono.

A Cemig também foi reconhecida pelo Carbon Disclosure Project - CDP, organização não governamental que detém o maior banco de dados corporativos do mundo sobre mudanças climáticas, como uma das dez empresas brasileiras de melhor performance na tomada de medidas efetivas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1) Base de Cálculo	2012			2011 (Reclassificado)		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			5.424.070			4.531.609
Resultado Operacional (RO)			2.995.632			2.415.506
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			268.974			268.188
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	14.893	5,54	0,27	14.239	5,31	0,31
Encargos sociais compulsórios	68.414	25,44	1,26	66.037	24,62	1,46
Previdência privada	17.990	6,69	0,33	16.747	6,24	0,37
Saúde	9.020	3,35	0,17	9.021	3,36	0,2
Segurança e medicina no trabalho	2.431	0,9	0,04	2.128	0,79	0,05
Educação	384	0,14	0,01	558	0,21	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	12.651	4,7	0,23	11.467	4,28	0,25
Creches ou auxílio-creche	522	0,19	0,01	473	0,18	0,01
Participação nos lucros ou resultados	63.289	23,53	1,17	52.082	19,42	1,15
Outros	4.293	1,6	0,08	3.780	1,41	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	193.887	72,08	3,57	176.532	65,82	3,90
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	11.130	0,37	0,21	7.812	0,32	0,17
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	5.265	0,18	0,10	4.457	0,18	0,10
Total das Contribuições para a Sociedade	16.395	0,55	0,31	12.269	0,50	0,27
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.146.154	71,64	39,57	1.897.370	78,55	41,87
Total – Indicadores Sociais Externos	2.162.549	72,19	39,88	1.909.639	79,05	42,14
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia	134.693	4,5	2,48	91.500	3,79	2,02
Investimentos em programas e/ou projetos externos *	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	134.693	4,5	2,48	91.500	3,79	2,02
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			1.724			1.798
Nº de admissões durante o período			2			0
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			125			99
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			800			803
- 2º Grau			851			907
- 1º Grau			55			62
- Até 1º Grau incompleto			18			26
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			880			888
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			264			270
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			15,15%			14,13
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			525			556
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			16,16%			17,39
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			9			11

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	20,63			ND		
Número total de acidentes de trabalho	20 (empregado próprio)			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2012: 5.478.215			Em 2011: 4.534.895		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	40,08% governo 18,12% acionistas	6,60% colaboradores (as) 18,29% terceiros 16,91% retido		41,63% governo 15,63% acionistas	7,69% colaboradores (as) 22,70% terceiros 12,35% retido	
7) Outras Informações						

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2012, cerca de R\$88,8 milhões foi destinado em ações para a implantação de novos empreendimentos e R\$ 34,7 milhões na gestão ambiental.
- II Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- III. Foram alienados ou reciclados 930 toneladas de resíduos, deste montante, foram alienadas 10 toneladas de óleo mineral isolante e coprocessadas 161 toneladas de resíduos impregnados com óleo.
- IV. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia".

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2012	2011	2010
Atendimento			
Número de consumidores	385	300	264
Número de empregados	1.724	1.798	1.823
Energia vendida por empregado - MWh	20.285	19.669	18.672
Mercado			
Geração própria	36.605	32.255	30.998
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	121,88	111,61	95,93
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	53	52	52
Capacidade Instalada (MW)	6.429	6.368	6.458
Financeiros			
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.424	4.532	3.926
Margem operacional - %	55,23	53,30	50,41
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	3.609	2.796	2.353
Resultado - R\$ milhões	1.919	1.269	1.084
Resultado por ação	0,6626	0,4381	0,3743
Patrimônio líquido - R\$ milhões	5.406	5.086	5.051
Valor patrimonial por ação	1,8664	1,7558	1,7435
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	37,74	25,13	23,72
Endividamento do patrimônio líquido - %	200,29	204,62	190,37
Liquidez Corrente	1,33	0,52	2,06
Liquidez Geral	0,76	0,74	0,75

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Wando Pereira Borges	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Francelino Pereira dos Santos	Leonardo Maurício Colombini Lima
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Fuad Jorge Noman Filho	Luiz Augusto de Barros
Guy Maria Villela Paschoal	Christiano Miguel Moysés
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Marina Rosenthal Rocha
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Bruno Magalhães Menicucci
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	VAGO

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	06	825.362	1.550.033	1.761.817	509.152	1.150.309	1.402.213
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	07	1.320.807	170.492	319.277	445.639	170.239	319.277
Consumidores e Revendedores	08	522.092	467.200	397.301	494.893	454.950	389.599
Concessionários - Transporte de Energia		134.826	145.407	109.092	65.657	66.451	60.549
Ativo Financeiro da Concessão	13	751.654	696.199	360.508	287.692	42.106	42.362
Tributos Compensáveis	09	60.073	56.199	48.412	26.708	29.634	45.967
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10	95.387	48.774	153.719	82.354	26.869	135.966
Revendedores - Transações com Energia Livre		20.755	22.080	29.959	20.755	22.080	29.959
Dividendos a Receber		-	-	-	66.832	10.726	118.086
Estoques		8.137	6.263	4.585	5.204	4.355	4.102
Outros Créditos		131.878	107.263	87.240	61.330	71.983	71.788
TOTAL DO CIRCULANTE		3.870.971	3.269.910	3.271.910	2.066.216	2.049.702	2.619.868
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	07	99.423	-	-	40.314	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	51.521	146.635	265.342	-	-	-
Tributos Compensáveis	09	38.559	31.947	9.732	37.392	28.921	9.517
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10	4.658	4.057	3.319	-	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	12	173.267	157.107	125.923	159.358	150.510	123.756
Transações com Partes Relacionadas		29.668	6.060	4.529	30.471	3.255	14.623
Outros Créditos		19.224	57.827	49.967	9.472	8.559	8.475
Ativo Financeiro da Concessão	13	3.943.268	4.012.846	3.351.525	717.728	716.232	702.335
Investimentos	14	202.978	109.518	-	3.539.372	2.980.579	2.712.944
Imobilizado	15	7.295.307	7.199.635	7.024.474	5.414.273	5.677.753	5.947.539
Intangíveis	16	506.126	497.698	507.882	63.915	33.522	34.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.363.999	12.223.330	11.342.693	10.012.295	9.599.331	9.553.360
TOTAL DO ATIVO		16.234.970	15.493.240	14.614.603	12.078.511	11.649.033	12.173.228

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	19	941.972	2.404.850	512.764	829.395	1.645.152	466.200
Debêntures	19	859.364	3.275.955	507.375	632.886	3.122.650	490.511
Fornecedores	17	291.377	182.166	175.792	206.569	116.509	115.127
Impostos, Taxas e Contribuições	18	84.830	78.922	60.254	76.615	70.448	56.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	14.762	35.488	8.235	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		399.476	-	46.819	399.476	-	46.819
Salários e Encargos Sociais		59.383	64.857	57.346	51.337	57.039	53.864
Encargos Regulatórios	20	98.900	80.967	97.148	75.288	58.003	90.312
Participações nos Lucros		19.378	18.845	27.495	19.377	18.845	25.491
Transações com Partes Relacionadas		17.964	29.900	15.396	22.594	29.900	15.396
Obrigações Pós-Emprego	21	11.593	17.048	17.033	11.593	17.048	17.033
Outras Obrigações		109.998	80.075	65.313	64.630	58.558	49.198
TOTAL DO CIRCULANTE		2.908.997	6.269.073	1.590.970	2.389.760	5.194.152	1.426.322
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	19	2.436.438	1.734.216	2.830.798	852.728	272.304	1.867.885
Debêntures	19	3.902.549	932.919	3.784.833	2.340.954	46.896	2.800.444
Provisões	22	16.212	68.090	7.010	13.963	14.347	5.889
Obrigações Pós-Emprego	21	433.196	421.404	413.310	433.197	421.404	413.310
Impostos, Taxas e Contribuições	18	242.619	165.359	133.769	101.233	106.686	81.243
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Diferidos	11	575.287	560.448	640.327	328.673	309.260	378.581
Encargos Regulatórios	20	43.216	70.283	32.341	42.935	70.162	32.341
Concessões a Pagar		185.588	123.871	111.558	165.221	123.871	111.558
Outras Obrigações		84.462	61.501	19.042	3.441	3.875	5.010
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.919.567	4.138.091	7.972.988	4.282.345	1.368.805	5.696.261
TOTAL DO PASSIVO		10.828.564	10.407.164	9.563.958	6.672.105	6.562.957	7.122.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23						
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		1.418.845	989.503	844.198	1.418.845	989.503	844.198
Ajustes de Avaliação Patrimonial		690.776	799.788	909.662	690.776	799.788	909.662
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.406.406	5.086.076	5.050.645	5.406.406	5.086.076	5.050.645
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.234.970	15.493.240	14.614.603	12.078.511	11.649.033	12.173.228

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
RECEITA	24	5.424.070	4.531.609	4.639.948	3.891.623
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(269.269)	(244.597)	(267.863)	(252.457)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(728.807)	(582.990)	(713.066)	(582.600)
		(998.076)	(827.587)	(980.929)	(835.057)
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(245.540)	(228.069)	(230.860)	(215.734)
Materiais		(20.833)	(18.163)	(15.826)	(10.618)
Serviços de Terceiros		(148.321)	(115.392)	(113.640)	(104.952)
Depreciação e Amortização		(353.628)	(376.315)	(308.221)	(336.716)
Provisões Operacionais		3.825	(7.548)	(890)	(9.698)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(179.499)	(147.531)	(178.072)	(146.345)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(118.320)	(92.396)	(107.304)	(56.980)
Outros (custos) receitas de operação		(25.577)	(25.811)	(17.264)	(18.123)
		(1.087.893)	(1.011.225)	(972.077)	(899.166)
CUSTO TOTAL		(2.085.969)	(1.838.812)	(1.953.006)	(1.734.223)
LUCRO BRUTO		3.338.101	2.692.797	2.686.942	2.157.400
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com Vendas		(2.004)	(4.629)	(2.004)	(4.629)
Despesas Gerais e Administrativas		(177.904)	(113.137)	(141.596)	(138.956)
Outras Despesas Operacionais		(162.561)	(159.525)	(151.195)	(103.876)
		(342.469)	(277.291)	(294.795)	(247.461)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(2.854)	(744)	537.364	252.165
Ganho na Diluição de Participação em controladas em Conjunto	14	259.325	-	-	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.252.103	2.414.762	2.929.511	2.162.104
Receitas Financeiras	26	258.054	276.528	132.785	234.492
Despesas Financeiras	26	(897.834)	(938.550)	(574.786)	(741.356)
Resultado antes dos Impostos		2.612.323	1.752.740	2.487.510	1.655.240
Imposto de Renda e Contribuição Social	11b	(632.213)	(469.016)	(558.892)	(445.716)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11b	(60.625)	(14.712)	(9.133)	59.488
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.919.485	1.269.012	1.919.485	1.269.012
Lucro Básico por ação ordinária		0,6626	0,4381	0,6626	0,4381
Lucro Diluído por ação ordinária		0,6626	0,4381	0,6626	0,4381

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
RESULTADO DO PERÍODO	1.919.485	1.269.012	1.919.485	1.269.012
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(1.065)	(1.046)	(1.065)	(1.046)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	362	356	362	356
	(703)	(690)	(703)	(690)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.918.782	1.268.322	1.918.782	1.268.322
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>1.918.782</u>	<u>1.268.322</u>	<u>1.918.782</u>	<u>1.268.322</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011	3.296.785	844.198	909.662	-	5.050.645
Resultado do Exercício	-	-	-	1.269.012	1.269.012
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	(690)	-	(690)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(690)	1.269.012	1.268.322
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(109.184)	109.184	-
Dividendos Intermediários (R\$0,1678 por ação)	-	-	-	(486.000)	(486.000)
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,0769 por ação)	-	-	-	(223.011)	(223.011)
Dividendos de 2010 excedentes ao dividendo mínimo estatutário (R\$0,1808 por ação)	-	(523.880)	-	-	(523.880)
Reserva Legal	-	63.451	-	(63.451)	-
Dividendos Declarados (R\$0,2091 por ação)	-	605.734	-	(605.734)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Resultado do Exercício	-	-	-	1.919.485	1.919.485
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	(703)	-	(703)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(703)	1.919.485	1.918.782
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,07589 por ação)	-	-	-	(219.843)	(219.843)
Dividendos Intermediários (R\$0,2362 por ação)	-	-	-	(684.300)	(684.300)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(108.309)	108.309	-
Dividendos de 2011 excedentes ao dividendo mínimo estatutário (0,2091 por ação)	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Reserva Legal	-	95.975	-	(95.975)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	939.101	-	(939.101)	-
Dividendos Estatutários Adicionais Propostos (R\$0,3325 por ação)	-	-	-	(88.575)	(88.575)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.296.785	1.418.845	690.776	-	5.406.406

As demonstrações da mutação do patrimônio líquido consolidado refletem substancialmente as mutações do patrimônio líquido da controladora.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	1.919.485	1.269.012	1.919.485	1.269.012
Ajustes por:				
Depreciação e Amortização	356.986	380.564	310.851	340.215
Baixas Líquidas de				
Imobilizado/Intangível/Financeiro	21.945	15.414	33.951	12.373
Equivalência Patrimonial	2.854	744	(537.364)	(252.165)
Juros e Variações Monetárias	276.213	443.695	484.835	673.805
Imposto de Renda e Contribuição Social	692.838	483.728	568.025	386.228
Ganhos na Emissão de Ações	(259.325)	-	-	-
Ganho Líquido na indenização de ativos	(192.311)	-	(192.311)	-
Provisões para Perdas Operacionais	(45.246)	12.742	6.248	13.087
Obrigações Pós-Emprego	51.146	51.866	51.145	51.866
	<u>2.824.585</u>	<u>2.657.765</u>	<u>2.644.865</u>	<u>2.494.421</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(61.525)	(74.528)	(46.576)	(69.980)
Tributos Compensáveis	(18.844)	(30.002)	(5.545)	(3.071)
Imposto de Renda e Contribuição Social a				
Compensar	(54.321)	104.207	(55.486)	109.097
Transporte de Energia	(12.048)	(36.315)	794	(5.902)
Ativo Financeiro	540.821	442.417	52.533	39.793
Depósito Judiciais	(17.861)	(31.184)	(8.848)	(26.754)
Dividendos Recebidos	-	-	317.525	421.235
Outros	(24.106)	(23.214)	(16.999)	18.715
	<u>352.116</u>	<u>351.381</u>	<u>237.398</u>	<u>483.133</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	112.219	6.374	90.060	1.382
Tributos e Contribuição Social	107.993	74.374	714	39.520
Salários e Contribuições Sociais	(3.733)	7.511	(5.702)	3.175
Encargos Regulatórios	(2.686)	21.761	(9.942)	5.512
Obrigações Pós-Emprego	(44.808)	(43.757)	(44.807)	(43.757)
Concessões a pagar	71.669	19.533	49.570	19.533
Outros	78.296	44.901	13.176	(33.354)
	<u>318.950</u>	<u>130.697</u>	<u>93.069</u>	<u>(7.989)</u>
Caixa Gerado nas Operações	<u>3.495.651</u>	<u>3.139.843</u>	<u>2.975.332</u>	<u>2.969.565</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(608.466)	(431.499)	(571.846)	(414.022)
Juros Pagos	(709.829)	(625.624)	(495.774)	(529.775)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.177.356</u>	<u>2.082.720</u>	<u>1.907.712</u>	<u>2.025.768</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(96.314)	(110.261)	(395.060)	(329.345)
No Imobilizado	(449.008)	(475.041)	(78.298)	(77.150)
No Intangível	(203.722)	(32.947)	(33.417)	(1.457)
No Ativo Financeiro	(119.081)	(994.574)	(107.304)	(56.980)
Caixa líquido recebido na diluição de controlada em conjunto	647.140	-	-	-
Aquisição de Controlada em conjunto	(285.688)	-	-	-
Em Títulos e Valores Mobiliários	(1.249.737)	148.785	(315.714)	149.038
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS	<u>(1.756.410)</u>	<u>(1.464.038)</u>	<u>(929.793)</u>	<u>(315.894)</u>

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	3.941.610	1.192.884	2.365.443	7.071
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.888.251)	(743.640)	(2.785.543)	(689.139)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(219.844)	(223.011)	(219.844)	(223.011)
Dividendos Pagos	(979.132)	(1.056.699)	(979.132)	(1.056.699)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.145.617)	(830.466)	(1.619.076)	(1.961.778)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(724.671)	(211.784)	(641.157)	(251.904)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.550.033	1.761.817	1.150.309	1.402.213
No fim do exercício	825.362	1.550.033	509.152	1.150.309
	(724.671)	(211.784)	(641.157)	(251.904)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	2012		2011 Reclassificado		2012		2011 Reclassificado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	6.448.924		5.626.204		5.599.445		4.972.529	
Outras Receitas	192.311		5.432		192.311		5.432	
Receita de Construção	119.081		92.442		107.304		56.980	
Investimentos em Imobilizado	431.379		538.873		106.029		70.926	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.004)		(4.629)		(2.004)		(4.629)	
	<u>7.189.691</u>		<u>6.258.322</u>		<u>6.003.085</u>		<u>5.101.238</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(793.156)		(582.990)		(775.833)		(582.600)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(295.586)		(244.597)		(293.635)		(252.457)	
Serviços de Terceiros	(492.403)		(465.917)		(228.191)		(187.692)	
Materiais	(207.272)		(229.074)		(106.759)		(81.437)	
Outros Custos Operacionais	(137.032)		(97.678)		(131.933)		(65.313)	
	<u>(1.925.449)</u>		<u>(1.620.256)</u>		<u>(1.536.351)</u>		<u>(1.169.499)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.264.242		4.638.066		4.466.734		3.931.739	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(356.986)		(380.564)		(310.851)		(340.215)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.907.256		4.257.502		4.155.883		3.591.524	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Ganho na Emissão de Ações	259.325		-		-		-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.854)		(744)		537.364		252.165	
Receitas Financeiras	314.488		278.137		130.750		234.483	
	<u>570.959</u>		<u>277.393</u>		<u>668.114</u>		<u>486.648</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.478.215		4.534.895		4.823.997		4.078.172	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	361.677	6,60	348.622	7,69	331.578	6,88	322.541	7,91
Remuneração direta	256.443	4,68	249.330	5,50	226.309	4,69	227.897	5,59
Benefícios	80.743	1,47	79.821	1,76	81.994	1,70	76.632	1,88
FGTS	15.964	0,29	15.165	0,33	14.748	0,31	13.706	0,34
Outras	8.527	0,16	4.306	0,10	8.527	0,18	4.306	0,10
Impostos, Taxas e Contribuições	2.195.232	40,08	1.887.914	41,63	1.981.767	41,08	1.728.971	42,39
Federais	1.718.486	31,37	1.453.963	32,06	1.515.040	31,40	1.298.684	31,84
Estaduais	471.492	8,61	431.304	9,51	464.878	9,64	428.895	10,52
Municipais	5.254	0,10	2.647	0,06	1.849	0,04	1.392	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.001.821	18,29	1.029.347	22,70	591.167	12,25	757.648	18,58
Juros	980.277	17,90	1.010.567	22,28	572.751	11,87	741.355	18,18
Aluguéis	21.544	0,39	18.780	0,42	18.416	0,38	16.293	0,40
Remuneração de Capitais Próprios	1.919.485	35,03	1.269.012	27,98	1.919.485	39,79	1.269.012	31,12
Juros Sobre Capital Próprio/Dividendos	992.718	18,12	709.011	15,63	992.718	20,58	709.011	17,39
Lucros Retidos	926.767	16,91	560.001	12,35	926.767	19,21	560.001	13,73
	<u>5.478.215</u>	<u>100,00</u>	<u>4.534.895</u>	<u>100,00</u>	<u>4.823.997</u>	<u>100,00</u>	<u>4.078.172</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 53 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (Controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada:
 - Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”) (Controlada) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica;
 - Abengoa Participações Holding S.A (“Abengoa”) (Controlada) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão em vários Estados brasileiros;
 - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) (Controlada em Conjunto) – Sociedade constituída com o propósito específico de explorar a concessão de serviços públicos de transmissão;
 - Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) (Controlada em Conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso;
 - União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A (“UNISA”) (Controlada em Conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão em diversos estados.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver nota explicativa nº 13.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2012, R\$14.527.352, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.452.735. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2012, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$1.166.329. O efeito proporcional na Companhia é de R\$116.633. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 20 de março de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 13 - Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 16 – Intangíveis;

- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões; e
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Notas 28 e 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Reclassificação de Saldos Contábeis de 1º de janeiro de 2011 e 31/12/2011

Alguns saldos das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 26 de março de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desta forma, a Companhia incorreu em um erro não material e não intencional. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 2011 para a apresentação nas Demonstrações Contábeis de 2012 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Demonstrações Contábeis que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

01/01/2011	Nota	Consolidado			Controladora		
		Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Balço Patrimonial							
Ativo							
Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a;b	569.885	(304.543)	265.342	202.334	(202.334)	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	3.127.866	223.659	3.351.525	-	-	-
Intangíveis	b	477.719	30.163	507.882	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		11.393.414	(50.721)	11.342.693	9.755.694	(202.334)	9.553.360
Total do Ativo		14.665.324	(50.721)	14.614.603	12.375.562	(202.334)	12.173.228
Passivo							
Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	691.048	(50.721)	640.327	580.915	(202.334)	378.581
Total do Passivo Não Circulante		8.023.709	(50.721)	7.972.988	5.898.595	(202.334)	5.696.261
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.665.324	(50.721)	14.614.603	12.375.562	(202.334)	12.173.228

2011		Consolidado			Controladora		
Balanco Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo							
Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a;b	577.778	(431.143)	146.635	215.350	(215.350)	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	3.797.551	215.295	4.012.846	-	-	-
Intangíveis	b	469.857	27.841	497.698	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		12.411.337	(188.007)	12.223.330	9.814.681	(215.350)	9.599.331
Total do Ativo		15.681.247	(188.007)	15.493.240	11.864.383	(215.350)	11.649.033
Passivo							
Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	748.456	(188.007)	560.449	524.610	(215.350)	309.260
Total do Passivo Não Circulante		4.326.098	(188.007)	4.138.091	1.584.155	(215.350)	1.368.805
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.681.247	(188.007)	15.493.240	11.864.383	(215.350)	11.649.033

2011		Consolidado			Controladora		
Demonstração de Resultado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita	b;c	4.556.700	(25.091)	4.531.609	3.891.623	-	3.891.623
Depreciação e Amortização	b;c	(362.019)	(14.296)	(376.315)	-	-	-
Custo Total		(1.824.516)	(14.296)	(1.838.812)	(1.734.223)	-	(1.734.223)
Lucro Bruto		2.732.184	(39.387)	2.692.797	2.157.400	-	2.157.400
Resultado de Equivalência Patrimonial	c	-	-	-	281.705	(29.540)	252.165
Despesas Financeiras	c	(968.090)	29.540	(938.550)	(770.896)	29.540	(741.356)
Resultado Antes dos Impostos		1.762.587	(9.847)	1.752.740	1.655.240	-	1.655.240
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	b	(24.559)	9.847	(14.712)	-	-	-
Resultado do Exercício		1.269.012	-	1.269.012	1.269.012	-	1.269.012

2011		Consolidado			Controladora		
Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita							
Venda de Energia e Serviços	e	5.743.737	(117.533)	5.626.204	5.029.509	(56.980)	4.972.529
Receita de Construção	e	-	92.442	92.442	-	56.980	56.980
Outras Receitas	e	-	5.432	5.432	-	5.432	5.432
Investimentos em Imobilizado	e	-	538.873	538.873	-	70.926	70.926
Insumos Adquiridos de Terceiros							
Serviços de Terceiros	e	(163.792)	(302.125)	(465.917)	(140.729)	(46.963)	(187.692)
Materiais	e	(23.203)	(205.871)	(229.074)	(15.562)	(65.875)	(81.437)
Custo de Construção	e	(92.396)	92.396	-	(56.980)	56.980	-
Outros Custos Operacionais	e	(48.223)	(49.455)	(97.678)	(47.610)	(17.703)	(65.313)
Valor Adicionado Bruto		4.583.907	54.159	4.638.066	3.928.942	2.797	3.931.739
Retenções							
Depreciação e Amortização	e	(366.268)	(14.296)	(380.564)	-	-	-
Valor Adicionado Líquido		4.217.639	39.863	4.257.502	3.588.727	2.797	3.591.524
Valor Adicionado Recebido em Transferência							
Receitas Financeiras	e	276.553	1.584	278.137	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	e	-	-	-	281.705	(29.540)	252.165
Valor adicionado a Distribuir		4.493.448	41.447	4.534.895	4.104.915	(26.743)	4.078.172
Distribuição do Valor Adicionado							
Empregados							
Remuneração direta	e	243.762	5.568	249.330	225.128	2.769	227.897
Benefícios	e	79.556	265	79.821	-	-	-
FGTS	e	14.959	206	15.165	-	-	-
Outras	e	4.306	-	4.306	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições							
Federais	e	1.462.074	(8.111)	1.453.963	-	-	-
Estaduais	e	431.139	165	431.304	428.893	2	428.895
Municipais	e	2.486	161	2.647	-	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros							
Juros	e	968.089	42.478	1.010.567	770.895	(29.540)	741.355
Aluguéis	e	18.065	715	18.780	16.267	26	16.293
Remuneração de Capitais Próprios							
Juros sobre Capital Próprio	e	223.011	(223.011)	-	223.011	(223.011)	-
Dividendos	e	486.000	(486.000)	-	486.000	(486.000)	-
Juros Sobre Capital Próprio/Dividendos	e	-	709.011	709.011	-	709.011	709.011
Valor Distribuído		4.493.448	41.447	4.534.895	4.104.915	(26.743)	4.078.172

2011		Consolidado			Controladora		
Demonstração do Fluxo de Caixa	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas							
Depreciação e Amortização	b	366.268	14.296	380.564	-	-	-
Equivalência Patrimonial	c	-	-	-	(281.705)	29.540	(252.165)
Juros e Variações Monetárias	f	(331.966)	775.661	443.695	87.723	586.082	673.805
Imposto de Renda e Contribuição Social	f	24.559	459.169	483.728	(59.488)	445.716	386.228
Aumento (Redução) de Ativos							
Ativo Financeiro	b	434.053	8.364	442.417	-	-	-
Aumento (Redução) de Passivos							
Tributos e Contribuição Social	f	102.467	(28.093)	74.374	29.687	9.833	39.520
Empréstimos e Financiamentos	f	148.810	(148.810)	-	56.307	(56.307)	-
Concessões a pagar	f,b	-	19.533	19.533	-	19.533	19.533
Outros	f,b	74.697	(29.796)	44.901	27.706	(61.060)	(33.354)
Caixa Gerado nas Operações							
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	f	-	(431.499)	(431.499)	-	(414.022)	(414.022)
Juros Pagos	f	-	(625.624)	(625.624)	-	(529.775)	(529.775)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais		2.069.519	13.201	2.082.720	1.996.228	29.540	2.025.768
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento							
Em investimentos	c	-	-	-	(299.805)	(29.540)	(329.345)
No Intangível	b	(20.973)	(11.974)	(32.947)	-	-	-
Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Investimento		(1.452.064)	(11.974)	(1.464.038)	(286.354)	(29.540)	(315.894)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento							
Financiamentos Obtidos	f	1.194.111	(1.227)	1.192.884	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	g	(1.279.710)	1.056.699	(223.011)	(1.279.710)	1.056.699	(223.011)
Dividendos Pagos	g	-	(1.056.699)	(1.056.699)	-	(1.056.699)	(1.056.699)
Caixa Líquido Consumido Pelas Atividades de Financiamento		(829.239)	(1.227)	(830.466)	(1.961.778)	-	(1.961.778)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(211.784)	-	(211.784)	(251.904)	-	(251.904)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.
- b) A companhia reclassificou o passivo imposto de renda diferido referente à diferença entre o valor contábil e valor justo apurados nas aquisições após 01 de janeiro de 2008 nas informações consolidadas.
- c) Reclassificação da amortização da mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a linha de equivalência patrimonial na demonstração da controladora.
- d) Reclassificação da amortização da mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a rubrica de depreciação e amortização de aquisições de distribuição e geração e para rubrica de receita de transmissão para ativos de transmissão de energia elétrica.
- e) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos.
- f) Alocação dos Juros e Variações Monetárias de custo e Imposto de Renda e Contribuição Social em atividades operacionais que não afetam o caixa e equivalente de caixa
- g) Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas informações Contábeis Intermediárias.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão de transmissão que foi abarcada pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, os Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783 e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Controlada em conjunto Madeira mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros. Estes instrumentos derivativos foram integralmente liquidados no exercício de 2012. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a Madeira ampara-se na sua Política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda Estrangeira e Operações no Exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas até o ano 2000, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos foram integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (RAP), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente a receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas será objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de geração eólica - Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma receita de construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da autorização, são reconhecidos no Ativo Intangível. Estes ativos são amortizados considerando o padrão de consumo dos direitos adquiridos no período da construção, por um prazo não superior ao prazo das respectivas autorizações.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; e, (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulado e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo o custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos - Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que estejam vigentes ou substantivamente vigentes até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Também é registrada no resultado a receita de atualização do ativo financeiro constituído em função da construção das linhas.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro da concessão, intangível, imobilizado, e ativos intangíveis que não são ágio.

r) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

s) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em maiores detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (4)
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
- IFRS 11 Negócios em Conjunto (2)
- IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (2)
- Modificações à IAS 1 Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1)
- Modificações à IFRS 7 Divulgação –Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2)
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4)
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2)
- IAS 19 (revisada em 2011) Benefícios a Empregados (2)
- IAS 27 (revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas (2)
- IAS 28 (revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)
- Modificações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3)
- Modificações às IFRSs Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações relacionadas

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 *Consolidação – Sociedades de Propósito Específico* será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração entende que a aplicação dessas cinco normas trará um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Todas as entidades controladas em conjunto pela Companhia listadas na nota explicativa 3 (c), estão proporcionalmente consolidadas nestas demonstrações contábeis, e se qualificam como joint ventures de acordo com os requerimentos do IFRS11. Desta maneira, passarão a ser apresentadas pelo método da equivalência patrimonial a partir de 2013.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas em decorrência do novo critério, caso sua adoção fosse no ano de 2012 teriam os seguintes impactos: uma redução do ativo e do passivo total no montante de R\$4.156.457, uma redução no Resultado Operacional, Antes do resultado financeiro e impostos, no montante de R\$322.592 e uma redução na receita líquida no montante de R\$784.122. O resultado do exercício e o patrimônio líquido não seriam impactados pela adoção das novas práticas.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma poderá afetar certos valores reportados nas demonstrações contábeis e resultar em divulgações mais abrangentes nas suas demonstrações contábeis.

Modificações à IAS 1

As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações sejam adotadas nos períodos contábeis futuros.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de "juros líquidos", calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego representará uma redução no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2013 no valor de R\$100.357 (R\$13.114 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representa uma redução de R\$4.019 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações à IAS 16 – *Imobilizado* e
- alterações à IAS 32 - *Instrumentos financeiros: apresentação*.
- Alterações à IAS 16

As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A Administração não determinou se as alterações à IAS 16 terão um efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

■ Alterações à IAS 32

As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Administração entende que as alterações à IAS 32 não terão um efeito significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Pronunciamento não aplicável à Companhia

- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle, ou controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, ou controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig Geração e Transmissão tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto:

	Forma de Consolidação	Participação direta no capital total - %	
		2012	2011
Controlada			
Cemig Baguari Energia S.A.	Integral	100,00	100,00
Controladas em conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	Proporcional	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	Proporcional	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	Proporcional	43,36	56,69
Lightger	Proporcional	49,00	49,00
Amazônia Energia Participações S.A.	Proporcional	74,50	74,50

A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, suportado por acordo de acionistas.

A controlada em conjunto Amazônia Energia, possui investimentos na Norte Energia S.A., os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Em decorrência disso, o efeito proporcional do resultado com equivalência, no montante de R\$2.854, é reconhecido na Demonstração de Resultado Consolidada da Cemig Geração e Transmissão por meio da consolidação proporcional da controlada em conjunto Amazônia Energia.

4. DAS CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à ANEEL, as concessões e autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas (1)			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (1)			
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe - CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas (1)			
Igarapé	Juatuba - MG	01/2001	08/2024
TRANSMISSÃO			
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038

Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

	Localização	Informações não auditadas	
		Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento			
Usinas Hidrelétricas (1)			
PCH Dores dos Guanhões	Rio Guanhões	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhões	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhões	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhões	10/2002	10/2032
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá (3)	Minas Gerais	10/2000	10/2030
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia	02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
	Maranhão/Distrito	12/2000	12/2030
TAESA – NVT (7)	Federal/Tocantins/Goiás		
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo	05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
TAESA – STE (11)	Rio Grande do Sul	12/2002	12/2032
TAESA – ATE (12)	Paraná/São Paulo	02/2004	02/2034
TAESA – ATE II (13)	Tocantins/Piauí/Bahia	03/2005	03/2035
TAESA – ATE III (14)	Tocantins/Pará	03/2006	03/2036
TAESA – NTE (15)	Paraíba, Pernambuco, Segipe	01/2002	01/2032
Projetos em Andamento – Transmissão			
TAESA – São Gotardo (16)	Minas Gerais	08/2012	08/2042

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A..
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S. A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- (11) STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
- (12) ATE – Transmissora de Energia S.A.
- (13) ATE II – Transmissora de Energia S.A.
- (14) ATE III – Transmissora de Energia S.A.
- (15) NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A.
- (16) São Gotardo Transmissora de Energia S.A.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

Deve ser ressaltado que para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram solicitadas as renovações a partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade a Medida Provisória nº 579 (convertida na Lei nº 12.783), onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia será remunerada, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Medida Provisória Nº 579 (Lei Federal nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão são parciais, não incluem a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Transmissão de energia elétrica

O valor contábil dos ativos financeiros referentes ao contrato 006/97, apurados pelo custo histórico, correspondiam ao montante de R\$635.209 em 31 de dezembro de 2012. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580 para os ativos de transmissão da Companhia posteriores a junho de 2000 é de R\$285.438, não sendo ainda divulgado, conforme comentário anterior, o valor da indenização para os ativos de transmissão anteriores a junho de 2000. Tendo em vista que a Companhia, em conformidade aos critérios previstos na MP 579, tem direito a indenização do total dos ativos ainda não depreciados e ainda não foi divulgado pela Aneel o valor efetivo da indenização, a Companhia estimou os valores da indenização, utilizando como referência a Nota Técnica da Aneel nº 387/2012, onde são apresentados estudos para definição do Valor Novo de Reposição (“VNR”) das instalações de transmissão. A indenização total (ativos anteriores e posteriores a junho de 2000) estimada pela Companhia monta R\$827.519. A diferença entre os valores contábeis apurados pelo custo histórico e o valor estimado de indenização baseado no VNR foi registrada pela Companhia como um ganho no resultado do exercício de 2012, no valor de R\$192.310.

A indenização anunciada de R\$285.438 para os ativos de transmissão posteriores a junho de 2000 foi recebida em janeiro de 2013, sendo que a indenização da parcela restante, no montante estimado de R\$542.081, tem o seu recebimento previsto para um período de 30 anos, conforme critérios a serem ainda definidos pelo Poder Concedente.

As concessões de transmissão da TAESA não são enquadradas dentro da MP 579, não tendo impacto a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as concessões de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas a seguir, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/12	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/12
UHE Três Marias	07/2015	396,00	53.094	429.438
UHE Volta Grande	02/2017	380,00	29.753	83.011
UHE Salto Grande	07/2015	102,00	13.780	43.619
UHE Itutinga	07/2015	52,00	2.923	10.621
UHE Camargos	07/2015	46,00	4.857	21.662
PCH Piau	07/2015	18,01	1.616	11.518
PCH Gafanhoto	07/2015	14,00	1.987	16.122
PCH Peti	07/2015	9,40	1.878	9.613
PCH Tronqueiras	07/2015	8,50	2.082	13.980
PCH Joasal	07/2015	8,40	1.685	10.182
PCH Martins	07/2015	7,70	472	3.385
PCH Cajuru	07/2015	7,20	4.042	4960
PCH Paciência	07/2015	4,08	1.113	5.520
PCH Marmelos	07/2015	4,00	959	5.953
PCH Dona Rita	07/2015	2,41	702	3.501
PCH Sumidouro	07/2015	2,12	2.177	1697
PCH Anil	07/2015	2,08	491	185
PCH Poquim	07/2015	1,41	2.490	4.546
		1.065,31	126.101	679.513

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2012 ao valor de R\$1.031.629 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.304.712. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões, o que na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2012	Valor Presente em 2012	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	390.716	138.484	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.603	11.547	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.457	3.238	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari (Consórcio)	5.425	2.252	09/2009 a 09/2042	IPCA
Itaocara(Consórcio)	71.481	32.635	Até 09/2036	IGPM

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado, Baguari em 2012 corresponderam a R\$6.105, R\$1.360, R\$389, e R\$180, respectivamente. Não houve pagamentos de parcelas ao poder concedente referente à Usina Itaocara.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$13.919, R\$1.370, R\$395, e R\$259, (valor nominal de R\$14.740, R\$1.454, R\$420, e R\$190), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição para as IFRS.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2012 e 2011 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2012			
	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	9.670.797	7.045.408	(481.235)	16.234.970
INVESTIMENTO	749.044	(205.450)	-	543.594
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.121.860	1.312.639	(10.429)	5.424.070
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(728.807)	-	-	(728.807)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(278.891)	(228)	9.850	(269.269)
	(1.007.698)	(228)	9.850	(998.076)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(180.479)	(131.026)	-	(311.505)
Participação dos Empregados	(39.871)	(23.418)	-	(63.289)
Obrigação Pós Emprego	(20.155)	(9.837)	-	(29.992)
Material	(13.665)	(10.179)	-	(23.844)
Serviços de Terceiros	(137.089)	(80.996)	579	(217.506)
Depreciação e Amortização	(356.263)	(723)	-	(356.986)
Provisões	(1.945)	3.766	-	1.821
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(179.499)	-	-	(179.499)
Custo de Construção	-	(118.320)	-	(118.320)
Outras	(95.482)	(35.760)	-	(131.242)
	(1.024.448)	(406.493)	579	(1.430.362)
CUSTO TOTAL	(2.032.146)	(406.721)	10.429	(2.428.438)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	2.089.714	905.918	-	2.995.632
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.854)	-	-	(2.854)
Ganho na emissão de ações	-	259.325	-	259.325
Receitas Financeiras	107.932	150.122	-	258.054
Despesas Financeiras	(380.910)	(516.924)	-	(897.834)
Resultadoantes do IR e CSLL	1.813.882	798.441	-	2.612.323
Imposto de Renda e Contribuição Social	(562.901)	(69.312)	-	(632.213)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.756	(131.381)	-	(60.625)
RESULTADO DO EXERCICIO	1.321.737	597.748	-	1.919.485

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2011			
	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	10.307.812	7.337.996	(2.152.568)	15.493.240
INVESTIMENTO	606.275	1.006.548	-	1.612.823
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.547.667	997.266	(13.324)	4.531.609
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(582.990)	-	-	(582.990)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(256.844)	(186)	12.433	(244.597)
	(839.834)	(186)	12.433	(827.587)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(173.456)	(126.663)	-	(300.119)
Participação dos Empregados	(35.000)	(19.987)	-	(54.987)
Obrigação Pós Emprego	(18.671)	(9.113)	-	(27.784)
Material	(10.525)	(12.678)	-	(23.203)
Serviços de Terceiros	(109.438)	(55.245)	891	(163.792)
Depreciação e Amortização	(379.713)	(851)	-	(380.564)
Provisões	(9.628)	(2.549)	-	(12.177)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(147.531)	-	-	(147.531)
Custo de Construção	-	(92.396)	-	(92.396)
Outras	(58.429)	(27.534)	-	(85.963)
	(942.391)	(347.016)	891	(1.288.516)
CUSTO TOTAL	(1.782.225)	(347.202)	13.324	(2.116.103)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.765.442	650.064	-	2.415.506
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)	-	-	(744)
Receitas Financeiras	164.649	111.879	-	276.528
Despesas Financeiras	(476.224)	(462.326)	-	(938.550)
Resultado antes do IR e CSLL	1.453.123	299.617	-	1.752.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	(421.684)	(47.332)	-	(469.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.640	(80.352)	-	(14.712)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.097.079	171.933	-	1.269.012

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Contas Bancárias	31.063	38.748	17.701	2.981	2.039	9.772
Aplicações Financeiras:						
Certificados de Depósitos Bancários	747.970	1.236.107	1.456.291	477.516	976.474	1.289.130
Letras do Tesouro Nacional	-	22.004	-	-	6.551	-
Letras Financeiras - Bancos	-	124.400	-	-	97.959	-
Outros	46.329	128.774	287.825	28.655	67.286	103.311
	794.299	1.511.285	1.744.116	506.171	1.148.270	1.392.441
	825.362	1.550.033	1.761.817	509.152	1.150.309	1.402.213

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 97% a 105% conforme operação).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Certificados de depósitos bancários	937.229	170.492	319.277	324.147	170.239	319.277
Letras Financeiras Bancos	271.115	-	-	129.230	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	20.722	-	-	-	-	-
Debêntures	27.840	-	-	27.774	-	-
Letras do Tesouro Nacional	80.267	-	-	-	-	-
Outros	83.057	-	-	4.802	-	-
	1.420.230	170.492	319.277	485.953	170.239	319.277
Circulante	1.320.807	170.492	319.277	445.639	170.239	319.277
Não Circulante	99.423	-	-	40.314	-	-

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor (Consolidado)	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2012	2011	01/01/2011
Consolidado						
Industrial	222.942	42.434	8.591	273.967	255.369	185.432
Comércio, Serviços e Outras	4.336	217	-	4.553	2.419	8.132
Suprimento a Outras Concessionárias	180.855	43.119	6.395	230.369	190.262	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	13.958	-	6.819	20.777	23.779	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.633)	(6.633)	(4.629)	-
	422.091	85.770	15.172	523.033	467.200	397.301
Circulante				522.092	467.200	397.301
Não Circulante				941	-	-

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	4.629	-
Constituição de Provisão	2.004	4.629
Saldo no final do exercício	6.633	4.629

Classe de Consumidor (Controladora)	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2012	2011	01/01/2011
Controladora						
Industrial	210.298	42.434	8.591	261.323	247.682	184.737
Comércio, Serviços e Outras	4.226	217	-	4.443	2.331	1.125
Suprimento a Outras Concessionárias	166.303	43.119	6.395	215.817	185.787	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	13.958	-	6.819	20.777	23.779	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(6.633)	(6.633)	(4.629)	-
	394.785	85.770	15.172	495.727	454.950	389.599
Circulante				494.893	454.950	389.599
Não Circulante				834	-	-

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
ICMS a Recuperar	27.214	19.186	35.109	21.520	18.093	33.191
PASEP	4.294	6.109	10.189	678	1.842	2.197
COFINS	24.772	28.804	2.458	3.141	8.563	10.134
Outros	3.793	2.100	656	1.369	1.136	445
	60.073	56.199	48.412	26.708	29.634	45.967
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	25.832	27.192	6.598	25.815	24.716	6.384
PASEP	2.249	848	1	2.056	750	559
COFINS	10.412	3.907	3.133	9.521	3.455	2.574
Outros	66	-	-	-	-	-
	38.559	31.947	9.732	37.392	28.921	9.517
	98.632	88.146	58.144	64.100	58.555	55.484

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
Imposto de Renda	79.589	41.580	115.955	67.260	22.214	98.976
Contribuição Social	15.798	7.194	37.764	15.094	4.655	36.990
	95.387	48.774	153.719	82.354	26.869	135.966
Não Circulante						
Imposto de Renda	4.658	4.012	3.319	-	-	-
Contribuição Social	-	45	-	-	-	-
	4.658	4.057	3.319	-	-	-
	100.045	52.831	157.038	82.354	26.869	135.966

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
ATIVO						
Prejuízo Fiscal / Base negativa	4.963	8.446	231.731	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	88.659	83.995	79.508	88.659	83.995	79.508
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.255	1.574	-	2.255	1.574	-
Variação Cambial	5	-	-	5	-	-
Taxa Administração	741	741	745	741	741	745
Concessão onerosa	61.131	58.049	57.330	60.586	58.049	57.330
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	20.311	25.308	25.308	20.311
Provisões	4.747	4.878	2.002	4.747	4.878	2.002
Ágio	101.808	324.808	84.166	-	-	-
Outros	23.600	34.312	58.507	6.530	5.138	6.853
	313.217	542.111	534.300	188.831	179.683	166.749
PASSIVO						
Variação Cambial	-	(219)	(785)	-	(219)	(785)
Custo Atribuído	(355.854)	(411.650)	(467.896)	(355.854)	(411.650)	(467.896)
Ajuste a Valor Presente	(80.693)	(77.332)	(76.649)	(80.272)	(77.074)	(76.649)
Ajuste ICPC01 – Contratos de Concessão	(86.493)	(223.588)	(110.133)	-	-	-
Ágio	(232.565)	(243.135)	(253.822)	-	-	-
Ganho na Indenização de Transmissão	(80.844)	-	-	(80.844)	-	-
Custo de Captação	(534)	-	-	(534)	-	-
	(836.983)	(955.924)	(909.285)	(517.504)	(488.943)	(545.330)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	51.521	146.635	265.342	-	-	-
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(575.287)	(560.448)	(640.327)	(328.673)	(309.260)	(378.581)

As Obrigações Diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social da controladora referem-se, substancialmente, ao efeito de diferenças temporárias relacionadas ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo regime de caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2013, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
	2012	2012
2013	43.135	25.366
2014	61.914	44.144
2015	36.605	18.835
2016	36.605	18.835
2017 a 2018	45.920	28.151
2019 a 2020	44.519	26.750
2021 a 2022	44.519	26.750
	313.217	188.831

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.612.323	1.752.740	2.487.510	1.655.240
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(888.190)	(595.932)	(845.753)	(562.782)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	74.747	75.824	74.747	75.824
Incentivos Fiscais	51.686	13.224	17.484	13.224
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.221)	(253)	193.483	95.780
Ganho na Emissão de Ações	88.171	-	--	--
Contribuições e Doações Indedutíveis	(4.419)	(3.082)	(4.419)	(3.082)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Anterior	4.273	2.872	4.273	2.872
Outros	(17.885)	23.619	(7.840)	(8.064)
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(692.838)	(483.728)	(568.025)	(386.228)
Imposto Corrente	(632.213)	(469.016)	(558.892)	(445.716)
Imposto Diferido	(60.625)	(14.712)	(9.133)	59.488
	(692.838)	(483.728)	(568.025)	(386.228)
Alíquota Efetiva	26,52%	27,60%	22,84%	23,33%

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Trabalhista	44.225	35.874	34.875	44.061	35.615	34.801
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.456	101.233	78.266	101.233	101.233	78.266
Outros	5.823	2.861	2.282	2.917	2.861	988
	<u>115.293</u>	<u>112.108</u>	<u>88.562</u>	<u>112.164</u>	<u>112.108</u>	<u>87.268</u>
Outros						
Bloqueio Judicial	2.560	2.252	-	2.560	2.252	1.154
Outros	11.189	6.873	2.486	573	535	533
	<u>13.749</u>	<u>9.125</u>	<u>2.486</u>	<u>3.133</u>	<u>2.787</u>	<u>1.687</u>
	<u>173.267</u>	<u>157.107</u>	<u>125.923</u>	<u>159.358</u>	<u>150.510</u>	<u>123.756</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de concessão de transmissão da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão, suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a Companhia aceitou a renovação da concessão de transmissão da controlada sendo os ativos revertidos ao Poder Concedente e estabelecida indenização para os ativos.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Concessões de transmissão novas	3.689.502	3.950.707	2.967.336
Concessões de transmissão antigas	1.005.420	758.338	744.697
	4.694.922	4.709.045	3.712.033
Circulante	751.654	696.199	360.508
Não Circulante	3.943.268	4.012.846	3.351.525

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Nota	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011		4.709.045	758.338
Adição		119.081	107.304
Aquisição de Controlada		530.819	-
Atualização Financeira		523.900	-
Diluição de Participação na TAESA		(839.413)	-
Recebimentos		(540.821)	(52.533)
Ganho Líquido na indenização dos Ativos – MP 579	4	192.311	192.311
Saldo em 31 de dezembro de 2012		4.694.922	1.005.420

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto. O montante de investimentos apresentado no Balanço consolidado, refere-se a Amazônia Energia.

	Controladora		
	2012	2011	01/01/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	26.702	23.164
Guanhães Energia	20.001	10.443	10.333
Hidrelétrica Pipoca	20.419	19.511	18.031
Cemig Baguari Energia	17	22	6
Madeira Energia	427.944	165.558	9.981
Lightger	40.265	39.084	35.325
Baguari Energia	193.828	198.041	181.373
EBTE	153.618	143.770	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	61.547	63.686
Central Eólica Volta do Rio	74.136	82.392	80.544
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	63.629	66.845
TAESA	2.251.094	2.060.362	2.108.817
Amazônia Energia	203.272	109.518	-
	3.539.372	2.980.579	2.712.944

a) Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre, basicamente, da mais valia das concessões e está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	01/01/2011	2011	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	2012
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	26.702	7.413	-	(1.680)	-	32.435
Guanhães Energia	10.333	10.443	56	9.502	-	-	20.001
Hidrelétrica Pipoca	18.031	19.511	3.806	-	(2.898)	-	20.419
Cemig Baguari Energia	6	22	(45)	40	-	-	17
Madeira Energia	9.981	165.558	(25.759)	288.145	-	-	427.944
Baguari Energia	181.373	198.041	16.492	-	(20.705)	-	193.828
EBTE	114.839	143.770	8.178	-	1.670	-	153.618
Central Eólica Praias de Parajuru	63.686	61.547	(1.586)	-	-	30	59.991
Central Eólica Volta do Rio	80.544	82.392	(8.256)	-	-	-	74.136
Central Eólica Praias de Morgado	66.845	63.629	(1.277)	-	-	-	62.352
TAESA	2.108.817	2.060.362	540.750	-	(350.018)	-	2.251.094
Lightger	35.325	39.084	1.181	-	-	-	40.265
Amazônia Energia	-	109.518	(3.589)	101.497	-	(4.154)	203.272
	2.712.944	2.980.579	537.364	399.184	(373.631)	(4.124)	3.539.372

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2012			Janeiro a dezembro de 2012	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	66.193	3.429	15.129
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	20.308	40.819	-	115
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	41.671	5.914	8.091
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	17	-	(45)
Madeira Energia	5.069.571.724	10,00	5.069.572	4.279.438	-	(257.586)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	279.340	20.705	24.009
EBTE	263.058.339	49,00	263.058	313.507	-	17.916
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.056	122.430	-	(3.236)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	151.298	-	(16.849)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	127.249	-	(2.606)
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	40.293	-	2.470
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.035	5.191.638	807.237	1.247.117
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	278.665	272.848	-	(2.300)

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2011			Janeiro a dezembro de 2011	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	54.494	7.220	14.441
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.312	-	224
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	39.819	-	5.431
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	22	-	(14)
Madeira Energia	2.181.100.000	10,00	2.181.100	1.655.584	-	(259.328)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	285.412	7.946	31.904
EBTE	263.058.339	49,00	263.085	293.409	-	15.743
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	125.606	-	(2.363)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	168.147	-	(11.051)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	129.855	-	(8.004)
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	79.764	-	(1.475)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.535	3.634.436	537.672	496.491
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	142.643	141.427	-	(998)

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2012 e 2011, cuja consolidação foi proporcional, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2012	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	23.926	82.096	4.846	595.396	14.117
Não circulante	95.989	250.101	126.460	14.944.986	109.821
Total do ativo	119.915	332.197	131.306	15.540.382	123.938
Passivo					
Circulante	9.495	49.431	81.034	1.527.748	13.180
Não circulante	44.227	3.426	9.453	9.733.196	69.087
Patrimônio Líquido	66.193	279.340	40.819	4.279.438	41.671
Total do passivo	119.915	332.197	131.306	15.540.382	123.938
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	28.696	47.502	-	342.261	20.779
Custo das vendas	(8.613)	(15.658)	-	(243.728)	(6.346)
Lucro bruto	20.083	31.844	-	98.533	14.433
Despesas gerais e administrativas	(192)	(55)	-	(65.401)	-
Resultado financeiro líquido	(3.312)	3.989	115	(292.692)	(5.427)
Resultado operacional	16.579	35.778	115	(259.560)	9.006
Imposto de renda e contribuição social	(1.450)	(11.769)	-	1.974	(915)
Resultado Líquido do Exercício	15.129	24.009	115	(257.586)	8.091

Em 31 de dezembro de 2012	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesa	Lightger	Amazônia Energia
Ativo							
Circulante	65.996	5.408	14.473	14.873	3.860.810	32.910	722
Não circulante	463.126	221.155	253.099	345.086	6.701.973	188.300	272.454
Total do ativo	529.122	226.563	267.572	359.959	10.562.783	221.210	273.176
Passivo							
Circulante	46.143	13.476	24.356	43.321	653.274	21.507	327
Não circulante	169.472	90.747	115.967	165.340	4.717.871	117.472	-
Patrimônio Líquido	313.507	122.340	127.249	151.298	5.191.638	82.231	272.849
Total do passivo	529.122	226.563	267.572	359.959	10.562.783	221.210	273.176
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	50.152	22.477	28.572	26.567	1.268.843	21.237	-
Custo de produção	(10.539)	(17.312)	(20.582)	(29.130)	(108.823)	(14.735)	-
Lucro bruto	39.613	5.165	7.990	(2.563)	1.160.020	6.502	-
Despesas gerais e administrativas	(565)	-	-	-	(78.405)	-	(2.318)
Resultado financeiro líquido	(11.700)	(7.581)	(9.717)	(12.861)	385.237	549	18
Resultado operacional	27.348	(2.416)	(1.727)	(15.424)	1.466.852	7.051	(2.300)
Imposto de renda e contribuição social	(9.432)	(820)	(879)	(1.470)	(219.735)	(4.581)	-
Resultado Líquido do Exercício	17.916	(3.236)	(2.606)	(16.894)	1.247.117	2.470	(2.300)

Em 31 de dezembro de 2011	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	23.569	41.660	1.969	520.645	7.863
Não circulante	98.423	254.878	19.382	11.920.865	114.204
Total do ativo	121.992	296.538	21.351	12.441.510	122.067
Passivo					
Circulante	16.288	9.551	29	1.803.313	6.763
Não circulante	51.210	1.575	10	8.982.613	75.485
Patrimônio Líquido	54.494	285.412	21.312	1.655.584	39.819
Total do passivo	121.992	296.538	21.351	12.441.510	122.067
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	25.822	46.577	-	-	16.814
Custo das vendas	(6.158)	(14.242)	-	-	(4.062)
Lucro bruto	19.664	32.335	-	-	12.752
Despesas gerais e administrativas	(270)	-	-	(10.603)	(1.113)
Resultado financeiro líquido	(3.354)	1.601	224	(253.316)	(6.208)
Resultado operacional	16.040	33.936	224	(263.919)	5.431
Imposto de renda e contribuição social	(1.599)	(2.031)	-	4.591	-
Resultado Líquido do Exercício	14.441	31.905	224	(259.328)	5.431

Em 31 de dezembro de 2011	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesa	Lightger	Amazônia Energia
Ativo							
Circulante	64.700	7.233	7.947	13.904	1.559.875	35.945	91.340
Não circulante	451.674	246.670	293.322	376.646	6.581.061	168.882	268.062
Total do ativo	516.374	253.903	301.269	390.550	8.140.936	204.827	359.402
Passivo							
Circulante	50.119	12.933	25.744	30.214	759.091	27.026	203.733
Não circulante	172.846	115.364	145.670	192.189	3.747.409	98.037	14.242
Patrimônio Líquido	293.409	125.606	129.855	168.147	3.634.436	79.764	141.427
Total do passivo	516.374	253.903	301.269	390.550	8.140.936	204.827	359.402
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	101.443	20.568	18.786	31.349	953.217	-	-
Custo das vendas	(66.735)	(13.883)	(15.459)	(24.603)	(67.183)	-	-
Lucro bruto	34.708	6.685	3.327	6.746	886.034	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(512)	(306)	(37.341)	(2.216)	(5.233)
Resultado financeiro líquido	(10.449)	(8.041)	(9.668)	(15.839)	(178.727)	741	3.829
Resultado operacional	24.259	(1.356)	(6.853)	(9.399)	669.966	(1.475)	(1.404)
Imposto de renda e contribuição social	(8.516)	(1.007)	(1.151)	(1.652)	(173.475)	-	406
Resultado Líquido do Exercício	15.743	(2.363)	(8.004)	(11.051)	496.491	(1.475)	(998)

Em 01 de janeiro de 2011	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	16.603	-	4.487	2.093	6.859
Não circulante	101.128	261.447	16.711	1.919.904	117.363
Total do ativo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Passivo					
Circulante	12.261	101	33	300	7.096
Não circulante	58.197	-	77	1.821.883	80.328
Patrimônio Líquido	47.273	261.346	21.088	99.814	36.798
Total do passivo	117.731	261.447	21.198	1.921.997	124.222
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	23.486	-	-	-	6.688
Custo das vendas	(5.300)	-	-	-	(1.052)
Lucro bruto	18.186	-	-	-	5.636
Despesas gerais e administrativas	(820)	(119)	-	(444)	(3.825)
Resultado financeiro líquido	(4.384)	-	1.480	(203.999)	(2.144)
Resultado operacional	12.982	(119)	1.480	(204.443)	(333)
Imposto de renda e contribuição social	(1.278)	-	-	-	-
Resultado do exercício	11.704	(119)	1.480	(204.443)	(333)

Em 01 de janeiro de 2011	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lichtger	Taesá
Ativo						
Circulante	40.539	10.813	9.264	10.269	3.264	1.158.488
Não circulante	390.591	186.596	197.420	336.025	94.420	3.414.750
Total do ativo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Passivo						
Circulante	31.411	18.047	17.308	22.708	25.591	570.369
Não circulante	165.353	107.718	134.001	204.514	-	1.495.296
Patrimônio Líquido	234.366	71.644	55.375	119.072	72.093	2.507.573
Total do passivo	431.130	197.409	206.684	346.294	97.684	4.573.238
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	206.288	20.484	18.602	28.434	-	798.593
Custo das vendas	(184.546)	(14.883)	(14.076)	(26.815)	-	(72.593)
Lucro bruto	21.742	5.601	4.526	1.619	-	726.000
Despesas gerais e administrativas	-	(700)	(572)	(558)	(588)	(44.286)
Resultado financeiro líquido	540	(8.408)	(6.449)	(6.900)	722	(124.612)
Resultado operacional	22.282	(3.507)	(2.495)	(5.839)	134	557.102
Imposto de renda e contribuição social	(7.932)	(561)	205	265	(107)	(128.473)
Resultado líquido do exercício	14.350	(4.068)	(2.290)	(5.574)	27	428.629

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passará a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a Companhia Energética de Minas Gerais “CEMIG” (Controladora da Companhia) transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL.

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuência prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012 a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração de acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012 a controlada em conjunto Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a CEMIG e com a CEMIG GT das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando a deter influência significativa nestas empresas.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa, pelo montante de R\$799.738, 50% das ações do capital votante da UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa cujo objeto social é a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que, naquela data, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

Em 16 de março de 2012, a TAESA celebrou com a Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da Unisa. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012.

Com base no exposto acima, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 03 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela TAESA e pela Abengoa e, a partir de 03 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.193, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.717 e de contas a pagar no valor de R\$1.520, na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da UNISA pela TAESA (3 de julho de 2012) foram reconhecidos através do método de aquisição aplicáveis no caso de combinação de negócios em estágios e estão demonstrados a seguir:

Em 03 de julho de 2012	Valores justos reconhecidos na aquisição da UNISA	Participação Equivalente GT
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	434.638	188.458
Clientes	51.885	22.497
Ativo financeiro	2.448.428	1.061.635
Outros ativos	177.424	76.932
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(95.170)	(41.266)
Empréstimos e financiamentos	(1.008.224)	(437.165)
Impostos diferidos passivos	(256.595)	(111.259)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	1.752.386	759.832
Participação (%)	100%	43,36%
Efeito da participação	1.752.386	759.832
Investimento detido anteriormente	(831.024)	(360.331)
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA (a)	(45.169)	(19.585)
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916
Valor efetivamente pago em caixa	902.390	391.275
Constituição de dividendos a receber	(27.717)	(12.018)
Constituição de contas a pagar	1.520	659
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916

- (a) Conforme requerido pelo CPC 15(R1) e IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

As contraprestações da TAESA para as combinações de negócios, aquisição dos 50% iniciais e 50% remanescente, da UNISA foram pagas em caixa com recursos das 4ª e 5ª emissões de notas promissórias da Companhia respectivamente.

Nova emissão de ações pela TAESA

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões. Após o aumento de capital, a TAESA passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da TAESA.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	230.517.711	100,00%	113.981.196	100,00%	344.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	42,38%	51.683.548	45,34%	149.374.291	43,36%

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65/Unit, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig GT. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$259.325, reconhecido no resultado da Companhia. O efeito no fluxo de caixa consolidado da Companhia foi de R\$761 milhões.

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA incorre em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$288.145 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

Opções de venda

A Cemig concedeu a Fundo de Participações que é acionista da Taesa uma opção de venda de suas ações da Companhia na data de 30 de outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig GT não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessa opção, tendo em vista que o Fundo de Participações participa do controle em conjunto da Controlada e a estimativa do valor justo das ações a serem eventualmente adquiridas é superior ao valor das opções, conforme estimativas da Companhia.

15. IMOBILIZADO

Controladora	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.400.614	(11.198.031)	5.202.583	16.543.068	(11.029.393)	5.513.675	5.818.946
Terrenos	374.817	-	374.817	380.056	-	380.056	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.156.602	(4.830.719)	2.325.883	7.226.198	(4.713.126)	2.513.072	2.642.337
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.075.811	(1.465.920)	609.891	1.994.393	(1.444.911)	549.482	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.768.681	(4.883.319)	1.885.362	6.916.242	(4.853.417)	2.062.825	2.198.373
Veículos	15.092	(8.989)	6.103	15.738	(8.141)	7.597	9.704
Móveis e Utensílios	9.611	(9.084)	527	10.441	(9.798)	643	747
Em Curso	211.690	-	211.690	164.078	-	164.078	128.593
Imobilizado Líquido - Controladora	16.612.304	(11.198.031)	5.414.273	16.707.146	(11.029.393)	5.677.753	5.947.539

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço	17.504.573	(11.221.179)	6.283.394	16.842.179	(11.047.803)	5.794.376	5.875.145
Terrenos	379.285	-	379.285	382.480	-	382.480	380.916
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.839.622	(4.835.176)	3.004.446	7.276.537	(4.715.304)	2.561.233	2.664.877
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.156.887	(1.468.347)	688.540	2.013.609	(1.447.103)	566.506	598.756
Máquinas e Equipamentos	7.102.995	(4.898.977)	2.204.018	7.141.942	(4.866.818)	2.275.124	2.219.406
Veículos	15.225	(9.077)	6.148	15.969	(8.278)	7.691	9.790
Móveis e Utensílios	10.559	(9.602)	957	11.642	(10.300)	1.342	1.400
Em Curso	1.011.913	-	1.011.913	1.405.259	-	1.405.259	1.149.329
Imobilizado Líquido - Controladora	18.516.486	(11.221.179)	7.295.307	18.247.438	(11.047.803)	7.199.635	7.024.474

A movimentação do imobilizado é como segue:

Controladora	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2012
Em Serviço	5.818.948	5.513.675	30.686	-	(32.511)	(309.267)	5.202.583
Terrenos	380.027	380.056	-	(5.239)			374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.642.339	2.513.072	346	(59.137)	(464)	(127.934)	2.325.883
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	587.758	549.482	6.642	76.618	(28)	(22.823)	609.891
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	2.062.825	23.657	(12.282)	(32.019)	(156.819)	1.885.362
Veículos	9.703	7.597	38	52	-	(1.584)	6.103
Móveis e Utensílios	748	643	3	(12)	-	(107)	527
Em Curso	128.591	164.078	47.612	-	-	-	211.690
Imobilizado Líquido - Controladora	5.947.539	5.677.753	78.298	-	(32.511)	(309.267)	5.414.273

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2012
Em Serviço	5.875.147	5.794.376	842.109	-	(32.633)	(320.458)	6.283.394
Terrenos	380.916	382.480	2.166	(5.239)	(122)	-	379.285
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.664.879	2.561.233	633.026	(59.137)	(464)	(130.212)	3.004.446
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	598.756	566.506	69.358	76.618	(28)	(23.914)	688.540
Máquinas e Equipamentos	2.219.406	2.275.124	137.819	(12.282)	(32.019)	(164.624)	2.204.018
Veículos	9.789	7.691	2	52	-	(1.597)	6.148
Móveis e Utensílios	1.401	1.342	(262)	(12)	-	(111)	957
Em Curso	1.149.327	1.405.259	(393.346)	-	-	-	1.011.913
Imobilizado Líquido - Consolidado	7.024.474	7.199.635	448.763	-	(32.633)	(320.458)	7.295.307

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579 (Lei 12.783), que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide nota explicativa nº 04.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,54%
Termelétricas	4,09%
Administração e outras	9,53%
Telecomunicações	7,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$803 em 31 de dezembro de 2012.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2012	2011	01/01/2011
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,42	38.715	38.715	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,52	57.579	57.017	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,49	183.124	183.124	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,42	212.554	208.618	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,55	551.310	551.310	549.537
Depreciação acumulada			(217.605)	(191.210)	(165.303)
Total em operação			825.677	847.574	867.504
Em curso					
Usina de Queimado	82,50%		277	3.388	1.579
Usina de Funil	49,00%		186	-	648
Usina de Aimorés	49,00%		1.188	700	1.187
Usina Igarapava	14,50%		1.016	461	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		184	119	156
Total em construção			2.851	4.668	4.741
Total de Consórcios - Controladora			828.528	852.242	872.245
Em serviço					
Usina de Baguari	34,00%	2,56	182.743	181.416	-
Depreciação acumulada			(9.402)	(4.637)	-
Total em operação			173.341	176.779	-
Em curso					
Usina de Baguari	34,00%		75	75	181.416
Total de Consórcios - Consolidado			1.001.944	1.029.096	1.053.661

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL, que representam a vida útil dos ativos.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

Custo Atribuído dos Ativos de Geração

Em 2010 a Companhia procedeu a avaliação dos seus ativos de geração, em atenção à Interpretação Técnica ICPC 10. Em decorrência da adoção do custo atribuído a Companhia reconheceu um aumento na despesa com depreciação no montante de R\$136.050 em 2012 e R\$160.817 em 2011.

Em 2012, ocorreram também baixas sobre a diferença de valor do custo atribuído no montante de R\$28.054, que somados aos efeitos da depreciação totalizaram R\$164.104. Esses efeitos ocasionaram uma realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido no montante de R\$108.309, líquido de efeitos fiscais.

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R\$4.362.237 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$64.376 em 31 de dezembro de 2012.

16. INTANGÍVEIS

Controladora	2012			2011			01/01/2011
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	71.788	(41.981)	29.807	72.276	(40.284)	31.992	33.460
Servidão	12.877	(1.766)	11.111	12.877	(1.585)	11.292	11.408
Concessão Onerosa	25.428	(8.662)	16.766	26.755	(7.937)	18.818	19.681
Outros	33.483	(31.553)	1.930	32.644	(30.762)	1.882	2.371
Em Curso	34.108	-	34.108	1.530	-	1.530	711
Intangível Líquido - Controladora	105.896	(41.981)	63.915	73.806	(40.284)	33.522	34.171

Consolidado	2012			2011			01/01/2011
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	585.052	(114.053)	470.999	562.682	(88.558)	474.124	504.643
Servidão	18.454	(1.766)	16.688	12.989	(1.585)	11.404	11.506
Concessão Onerosa	46.689	(9.268)	37.421	26.755	(7.937)	18.818	19.681
Direito de Exploração de Concessão	484.437	(69.344)	415.093	485.949	(45.842)	440.107	470.516
Outros	35.472	(33.675)	1.797	36.989	(33.194)	3.795	2.940
Em Curso	35.127	-	35.127	23.574	-	23.574	3.239
Intangível Líquido - Consolidado	620.179	(114.053)	506.126	586.256	(88.558)	497.698	507.882

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Controladora	01/01/2011	2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	2012
Em Serviço	33.460	31.992	-	(1.220)	(1.804)	839	29.807
Servidão	11.408	11.292	-	-	(181)	-	11.111
Concessão Onerosa	19.681	18.818	-	(1.220)	(832)	-	16.766
Outros	2.371	1.882	-	-	(791)	839	1.930
Em Curso	711	1.530	33.417	-	-	(839)	34.108
Ativos em formação	711	1.530	33.417	-	-	(839)	34.108
Total	34.171	33.522	33.417	(1.220)	(1.804)	-	63.915

Consolidado	01/01/2011	2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	2012
Em Serviço	504.643	474.124	-	(1.758)	(24.953)	23.586	470.999
Servidão	11.506	11.404	-	-	(179)	5.463	16.688
Concessão Onerosa	19.681	18.818	-	(1.220)	(1.331)	21.154	37.421
Direito de Exploração de Concessão	470.516	440.107	-	(538)	(22.650)	(1.826)	415.093
Outros	2.940	3.795	-	-	(793)	(1.205)	1.797
Em Curso	3.239	23.574	34.268	-	-	(22.715)	35.127
Ativos em formação	3.239	23.574	34.268	-	-	(22.715)	35.127
Total	507.882	497.698	34.268	(1.758)	(24.953)	871	506.126

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. FORNECEDORES

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -	158.500	64.389	79.398	147.975	65.603	80.744
Materiais e Serviços	134.148	119.540	96.394	58.828	51.110	34.383
	292.648	183.929	175.792	206.803	116.713	115.127
Circulante	291.377	182.166	175.792	206.569	116.509	115.127
Não Circulante (*)	1.271	1.763	-	234	204	-

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos circulantes

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
ICMS	40.244	35.610	27.914	38.020	34.462	27.535
COFINS	26.808	25.245	20.716	25.111	23.038	19.501
PASEP	5.820	5.496	4.503	5.452	5.002	4.234
INSS	4.832	5.070	4.794	4.260	4.488	4.202
Outros	7.126	7.501	2.327	3.772	3.458	899
	84.830	78.922	60.254	76.615	70.448	56.371
Não Circulante						
COFINS	199.354	135.862	109.921	83.175	87.656	66.751
PASEP	43.265	29.497	23.848	18.058	19.030	14.492
	242.619	165.359	133.769	101.233	106.686	81.243
	327.449	244.281	194.023	177.848	177.134	137.614

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
Imposto de Renda	10.412	25.906	5.556	-	-	-
Contribuição Social	4.350	9.582	2.679	-	-	-
	14.762	35.488	8.235	-	-	-

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 10 destas Demonstrações Contábeis consolidadas.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2012						2011	01/01/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	1.387	3.809
BID - ATE II (10)	2022	Libor + spread de 1,7 a 2,2% a.a.	USD	6.796	76.729	83.525	52.902	-
BID - ATE III(10)	2023	Libor + spread de 1,5 a 1,975% a.a.	USD	13.104	129.638	142.742	92.561	-
Dívida referente à Moeda Estrangeira				19.900	206.367	226.267	146.850	3.809
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	4.901	442.348	447.249	492.838	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	22.848	-	22.848	46.215	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	31.629	-	31.629	32.516	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	611.432	300.000	911.432	918.661	917.842
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	43.068	-	43.068	87.064	130.358
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	793	-	793	1.605	2.405
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.935	96.020	103.955	111.678	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	548	455	1.003	69.925	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	34.675	-	34.675	1.550	1.366
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.998	-	12.998	25.603	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.593	-	7.593	15.339	22.969
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	46.006	-	46.006	92.972	138.962
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.781	13.905	18.686	19.917	15.002
Consórcio Pipoca (6)	2013	IPCA	R\$	185	-	185	185	270
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	705	4.368	5.073	5.768	6.460
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	17.303	20.035	22.768	25.500
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.278	377.635	378.913	349.505	262.420
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.762	387.475	389.237	354.783	247.502
Banco da Amazônia (4)	2029	10 % a.a. – Taxa fixa	R\$	96	57.437	57.533	54.807	68.656
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.160	33.853	37.013	39.961	42.118
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.404	54.297	61.701	64.784	54.157
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	6.055	43.391	49.446	52.109	67.128
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.809	80.925	90.734	95.267	96.601
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	259	1.033	1.292	66.932	1.923
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	1.338	5.367	6.705	9.852	12.225
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	1.377	3.515	4.892	1.863	-
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	8.213	20.925	29.138	10.499	-
CEF (10) (12)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.842	4.541	6.383	7.538	-
CEF (CUSTO TRANSAÇÃO) (10) (12)	2016	0,0059	R\$	(38)	(39)	(77)	48.768	12.903
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	Taxa fixa 5,5% a.a.	R\$	13	245	258	336	-
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	Taxa Fixa + 5,5%a.a.	R\$	4	70	74	96	-
FINAME ALSTOM - SUBCREDITO "A"	2022	5,5% a.a.	R\$	3	315	318	-	-
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI +,90	R\$	7.043	0	7.043	18.462	27.696
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	2.003	61.325	63.328	670.247	72.468
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	1.434	8.377	9.811	(1.115)	11.720
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) (10) (12)	2012	CDI + 105,5%	R\$	-	-	-	10.753	-
CUSTO TRANSAÇÃO NP ITAU (10)(12)	2012	0,0019**	R\$	-	-	-	-168	-
BNDES(10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	9.354	42.788	52.142	40.131	-
BNDES(10)	2018	UMBNDDES + 4,0% a.a.	R\$	1.721	8.041	9.762	6.904	-
BNDES(10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	11.835	69.356	81.191	60.708	-
BNDES(10)	2019	UMBNDDES + 3,0% a.a. - 4,3% a.a.	R\$	3.301	19.699	23.000	15.752	-
BNDES(10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	4.823	15.029	19.852	16.104	-
BNDES(10)	2017	UMBNDDES + 5,0% a.a.	R\$	804	2.511	3.315	2.476	-
Unibanco	2013	TJLP + 3,8%a.a.	R\$	341	-	341	669	-
BNDES (13)	2028	URTI + 1,97	R\$	4.009	57.561	61.570	49.589	-
Dívida em Moeda Nacional				922.072	2.230.071	3.152.143	3.992.216	3.339.753
Total de Empréstimos e Financiamentos				941.972	2.436.438	3.378.410	4.139.066	3.343.562

DEBÊNTURES	2012						2011	01/01/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Debêntures (1)								243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)								37.083
Debêntures (1) (12)	2015	IPCA + 7,68	R\$	542.935	902.626	1.445.561	1.369.385	1.284.860
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2015	0,042**	R\$	(476)	(495)	(971)	(1.448)	-
Debêntures (1) (12)	2012	CDI+ ,90	R\$	-	-	-	1.754.782	1.725.974
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2012	0,1051	R\$	-	-	-	(68)	-
Debêntures (1) (12)	2017	CDI + ,90	R\$	37.598	480.000	517.598	-	-
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2017	0,101	R\$	(49)	(153)	(202)	-	-
Debêntures (1) (12)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.877	208.643	220.520	-	-
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2019	0,007	R\$	(34)	(275)	(309)	-	-
Debêntures (1) (12)	2022	IPCA + 6,20	R\$	41.049	697.924	738.973	-	-
DebênturesCusto de Transação (1)(13)	2022	0,005	R\$	(14)	(75)	(89)	-	-
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	80.613	78.905	159.518	207.094	182.188
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	CDI+1,30	R\$	55.694	99.728	155.422	207.148	205.292
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 1ª EMISSÃO	2015	0,00013	R\$	(148)	(86)	(234)	(719)	-
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	IPCA + 7,91	R\$	46.971	84.935	131.906	163.522	151.604
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 1ª EMISSÃO	2015	0,00013	R\$	(126)	(73)	(199)	(353)	-
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (15)	2013	106% do CDI	R\$	31.743	-	31.743	-	-
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10)	2017	106% do CDI	R\$	1.028	353.383	354.411	464.655	462.169
CUSTO TRANSAÇÃO DEB 2ª EMISSÃO	2017	0,000069	R\$	(365)	(816)	(1.181)	(2.020)	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2017	CDI + ,78%	R\$	4.542	288.343	292.885	-	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2017	CDI + ,78%	R\$	(28)	(301)	(329)	-	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	3.429	349.165	352.594	-	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	(34)	(363)	(397)	-	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO (10)	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	3.189	309.097	312.286	-	-
DEBENTURES 3ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	(30)	(321)	(351)	-	-
Total de Debêntures				859.364	3.902.549	4.761.913	4.208.874	4.292.208
Total Geral Consolidado				1.801.336	6.338.987	8.140.323	8.347.940	7.635.770

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
- (13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC-8 :
- (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto LIGHT GER
- (15) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Guanhães Energia S.A

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar (1)	19.900	19.440	20.791	22.977	24.725	28.314	25.806	64.314	226.267
Indexadores									
UMBND\$ (2)	7.460	7.338	7.338	6.771	5.316	4.530	3.238	270	42.261
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	52.758	52.758
FINEL (4)	12.998	-	-	-	-	-	-	-	12.998
IPCA (5)	729.535	486.393	500.376	(112)	(112)	220.498	220.510	1.202.140	3.359.228
CDI (6)	942.358	443.733	290.925	232.689	1.000.246	(28)	(28)	(134)	2.909.761
TJLP/URTJ	87.313	107.713	117.099	116.055	109.394	105.775	97.997	727.713	1.469.059
Outros	1.772	1.777	3.986	5.272	5.272	5.272	5.154	39.486	67.991
	1.781.436	1.046.954	919.724	360.675	1.120.116	336.047	326.871	2.022.233	7.914.056
	1.801.336	1.066.394	940.515	383.652	1.144.841	364.361	352.677	2.086.547	8.140.323

- (1) Dólar Norte-Americano
 (2) Unidade Monetária BNDES - UMBND\$
 (3) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M
 (4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL
 (5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (6) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %	Varição Acumulada em 2010 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2012 %	Varição Acumulada em 2011 %	Varição Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	8,94	12,58	(4,31)	IGP-M	7,82	5,10	11,32
Euro	10,73	9,25	(11,14)	FINEL	1,52	1,00	2,18
				CDI	8,37	11,64	9,71
				IPCA	5,53	6,64	5,63

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.347.940	5.087.002
Aquisição de Controladas em conjunto – saldos iniciais de consolidação	285.844	-
Redução de Participação em Controladas em conjunto	(637.104)	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.941.610	2.365.443
Varição monetária e cambial	149.497	121.591
Encargos financeiros provisionados	650.616	363.244
Encargos Financeiros Pagos	(709.829)	(495.774)
Amortização de financiamentos	(3.888.251)	(2.785.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.140.323	4.655.963

As captações de recursos consolidados durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
DEBÊNTURES (ITAÚ BBA) - 5ª EMISSÃO TAESA	2013	104 DO CDI	513.034
1ª série - 3ª emissão Debêntures TAESA	2017	CDI + 0,78%	289.273
2ª série - 3ª emissão Debêntures TAESA	2020	IPCA + 4,85% a.a.	345.973
3ª série - 3ª emissão Debêntures TAESA	2024	IPCA + 5,10% a.a.	306.417
FINAME	2021	Taxa fixa 5,5% a.a	315
1ª emissão Debêntures Guanhães Energia	2013	106% a.a. CDI	31.850
Subcrédito F - BNDES	2034	TJLP	500
Debêntures SAE	2037	IPCA + 6,5%	77.045
BNDES	2028	URTJ/LP- 1,97%	11.760
Banco Bradesco S/A	2012	103% DO CDI	1.000.000
1ª série - 3ª emissão Debêntures CEMIG	2017	CDI+0,90	483.950
3ª série - 3ª emissão Debêntures CEMIG	2022	IPCA+6,20%	676.653
2ª série - 3ª emissão Debêntures CEMIG	2019	IPCA+6,0%	201.865
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS FINEP	2018	TJLP+3%	2.975
			3.941.610

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), em 31 de dezembro de 2012, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida Líquida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 61%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,6
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias;

Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);

LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2012. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidas no circulante em 2011 e reclassificados para o não circulante em 2012. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas.

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Saldo em 01/01/2011
DEBÊNTURES 1ª EMISSÃO CEMIG(1)	Simple não Conversíveis	2011	Quirografária	104,0% - CDI	Não há	-	-	243.038
DEBÊNTURES 1ª EMISSÃO CEMIG	Simple não Conversíveis	2012	Quirografária	CDI+0,90	Não há	-	1.754.714	1.725.974
GUANHÃES ENERGIA S.A. (1)	Simple não Conversíveis	2013	Quirografária	106,0% - CDI	Não há	31.743	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	52.758	46.896	37.083
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	1.444.590	1.367.937	1.284.860
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2017	Quirografária	CDI – 09%	Não há	517.396	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2019	Quirografária	IPCA – 6,2%	Não há	738.885	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2022	Quirografária	IPCA – 6,0%	Não há	220.211	-	-
Madeira Energia S.A. (1)	Simple não Conversíveis	2022	Garantia Real	IPCA	Não há	159.518	207.094	182.188
TAESA (1)	Simple não Conversíveis	2024	Quirografária	CDI + 0,78%	Não há	292.556	-	-
TAESA (1)	Simple não Conversíveis	2020	Quirografária	IPCA + 4,85% a.a.	Não há	352.197	-	-
TAESA (1)	Simple não Conversíveis	2017	Quirografária	IPCA + 5,10% a.a.	Não há	311.935	-	-
TAESA (1)	Simple não Conversíveis	2015	Quirografária	CDI + 1,30%	Não há	155.187	206.429	205.292
TAESA (1)	Simple não Conversíveis	2015	Quirografária	IPCA+7,91%	Não há	131.707	163.169	151.604
TAESA (1) (2)	Simple não Conversíveis	2017	Quirografária	106,0% - CDI	Sim	353.230	462.635	462.169
TOTAL						4.761.913	4.208.874	4.292.208

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Não houve quebra de *Covenants*.

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	2012
NP e Aval	3.188.844
Recebíveis	31.683
Sem Garantia	3.133.598
Penhor de Ações	1.424.800
Alienação Fiduciária	361.398
TOTAL	8.140.323

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Reserva Global de Reversão – RGR	25.998	19.373	14.929	23.656	16.379	14.032
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	5.029	9.333	9.844	5.029	9.333	9.844
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.337	6.505	6.169	7.337	6.505	6.169
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.105	1.608	1.605	1.634	1.598	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.466	3.838	3.279	4.466	3.838	3.279
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT	3.060	2.664	5.411	2.774	2.548	5.267
Pesquisa e Desenvolvimento	92.470	106.286	85.545	71.845	86.596	79.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.651	1.643	2.707	1.482	1.368	2.635
	142.116	151.250	129.489	118.223	128.165	122.653
Passivo Circulante	98.900	80.967	97.148	75.288	58.003	90.312
Passivo Não Circulante	43.216	70.283	32.341	42.935	70.162	32.341

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2012.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$184.406 em 31 de dezembro de 2012 (R\$191.782 em 31 de dezembro de 2011). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo líquido com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	2.099.413	182.826	4.874	169.706
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.859.973)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	239.440	182.826	4.874	169.706
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(171.480)	(56.101)	1.971	(42.893)
Passivo Líquido	67.960	126.725	6.845	126.813
Ajuste referente dívida com a Forluz	116.446	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	184.406	126.725	6.845	126.813

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC.33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o valor presente de obrigações não fundeadas será integralmente reconhecido em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorrerá um impacto no Patrimônio Líquido em janeiro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$100.357, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2011	1.626.438	139.155	3.924	123.461
Custo do Serviço Corrente	1.863	2.467	72	1.387
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	157.771	13.477	379	12.290
Contribuição dos empregados	12	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	439.872	41.244	694	35.133
Benefícios pagos	(126.543)	(13.517)	(195)	(2.565)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2012	2.099.413	182.826	4.874	169.706

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro 2011	1.545.593
Retorno real dos investimentos	412.382
Contribuições do Empregador	28.529
Contribuições dos Empregados	12
Benefícios pagos	(126.543)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	1.859.973

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.863	2.467	72	1.387
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	157.771	13.477	379	12.290
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(164.856)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	60	(140)	-
Despesa em 2012 conforme laudo atuarial	(5.222)	16.004	311	13.677
Ajuste referente dívida com a Forluz	26.375	-	-	-
Despesa em 2012	21.153	16.004	311	13.677

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	191.782	124.240	6.729	115.701	438.452
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	21.153	16.004	311	13.677	51.145
Contribuições Pagas	(28.529)	(13.519)	(195)	(2.565)	(44.808)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	184.406	126.725	6.845	126.813	444.789
Passivo Circulante					11.593
Passivo Não Circulante					433.196

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	2.815	3.584	99	2.048
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	184.249	16.096	428	15.686
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(163.966)	-	-	-
Despesa em 2013	23.098	19.680	527	17.734

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2013 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	127.019	11.513	318	3.872

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$30.614 e R\$18.890 para o Plano de Contribuição Definida.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2012	2011 Reclassificado
Ações de empresas brasileiras	0,08%	0,11%
Títulos de Renda Fixa	85,63%	83,69%
Imóveis	3,77%	3,78%
Outros	10,52%	12,42%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, controladora da Cemig Geração e Transmissão:

	2012	2011
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	117.664	90.916
Ações emitidas pela Patrocinadora	2.598	2.988
Imóveis da Forluz ocupados pelas Patrocinadoras	51.047	47.464
	171.309	141.368

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2012	2011
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,05% a 10,07%	10,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,05% a	10,98%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,20%	4,30%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,31%	6,39%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Reversões	Baixas	Aumento (Redução) de participação	Saldo em 2012
Trabalhistas	1.433	8.412	1.447	(1.405)	(1.187)	(203)	7.064
Cíveis	1.610	1.473	249	(338)	(90)	(27)	1.267
Tributárias	620	1.336	1.980	(516)	-	(28)	2.772
Ambientais	3.185	56.152	293	(40.500)	(11.762)	-	4.183
Regulatórias	162	179	4	(179)	(4)	-	-
Outras	-	538	657	(211)	(58)	-	926
Total	7.010	68.090	4.630	(43.149)	(13.101)	(258)	16.212

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Reversões	Baixas	Saldo em 2012
Trabalhistas	1.393	8.112	1.319	(1.405)	(1.319)	6.707
Cíveis	648	411	215	(338)	(1)	287
Tributárias	501	1.217	1.159	(516)	-	1.860
Ambientais	3.185	3.890	293	-	-	4.183
Regulatórias	162	179	4	(179)	(4)	-
Outras	-	538	657	(211)	(58)	926
Total	5.889	14.347	3.647	(2.649)	(1.382)	13.963

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$31.147, dos quais R\$7.064 foram provisionados.

Cíveis

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas no montante de R\$3.152, dos quais R\$1.267 foram provisionados.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$54.958, dos quais R\$2.772 foram provisionados.

Ambientais

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$1.592.489, dos quais R\$4.183 foram provisionados, dentre os quais destacamos:

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.582.046. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$49.797, dos quais R\$926 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$48.172.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$353.921.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$105.092.

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

a) Demanda Judicial

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades com o Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

O valor da contingência em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.014.905 e nenhuma provisão havia sido constituída.

b) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Cemig celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Controladora.

Do valor recebido pela Controladora, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Em decorrência desta retenção, a Controladora registrou uma despesa pelo mesmo valor em dezembro de 2012, sem impacto para a Cemig Geração e Transmissão.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$135.113. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2012, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

(a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Reservas de Lucros			
Reserva Legal	419.871	323.896	260.445
Reserva de Retenção de Lucros	998.974	59.873	59.873
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	605.734	523.880
	1.418.845	989.503	844.198

Reserva Legal

A Companhia utilizou 5,00% do Lucro Líquido apurado no exercício de 2012 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$95.975.

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores somados a uma retenção de R\$939.101, em 31 de dezembro de 2012, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2013. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência. As principais aquisições em função da retenção de recursos mencionada estão apresentadas em mais detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembléia Geral de Acionistas prevista para ocorrer em abril de 2013.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2012 no montante de R\$219.843. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$74.747, reconhecidos no resultado do exercício de 2012 (R\$75.823 em 2011).

O Conselho de Administração também deliberou o pagamento de dividendos intermediários, os quais foram pagos, no exercício de 2012, no montante de R\$684.300.

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2012 foram conforme segue:

	2012
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	1.919.485
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	959.743
Dividendos Propostos	
Juros sobre Capital Próprio	219.843
Dividendos Intermediários pagos	684.300
Dividendos Adicionais propostos (1)	88.575
	992.718
(-) Imposto de Renda na Fonte sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(32.976)
Total	959.742
Dividendos por ação - R\$	
Dividendos Estatutários	0,33
Dividendos Propostos	0,33

(1) Dividendos retidos no Patrimônio Líquido em atendimento às normas contábeis vigentes no País, que serão pagos no exercício de 2013.

O Conselho de Administração da Companhia irá submeter a Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada até 30 de abril de 2013, a distribuição dos dividendos adicionais, no montante de R\$88.575, a serem pagos em duas parcelas, sendo 50% até 30 de junho de 2013 e 50% até 31 de dezembro de 2013, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2012	2011
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.919.485	1.269.012
Lucro por ação (em R\$)	0,6626	0,4381

24. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	4.671.334	4.151.520	4.527.716	4.057.813
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos (b)	1.489.891	1.304.738	786.010	745.212
Receita de Construção (c)	119.081	92.442	107.304	56.980
Receita de Indenização de Transmissão (b)	192.311	-	192.311	-
Transações com energia na CCEE	263.374	148.243	261.043	147.376
Outras receitas operacionais	24.325	21.703	24.675	22.128
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (d)	(1.336.246)	(1.187.037)	(1.259.111)	(1.137.886)
	5.424.070	4.531.609	4.639.948	3.891.623

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Controladora			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Industrial	20.235.286	19.794.241	2.755.635	2.472.025
Comercial	237.892	96.561	47.603	21.018
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	13.388	65.337
	20.473.178	19.890.802	2.816.626	2.558.380
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	14.051.426	15.034.423	1.711.090	1.499.433
	34.524.604	34.925.225	4.527.716	4.057.813

(*) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Industrial	20.279.633	19.841.439	2.790.362	2.488.145
Comercial	242.626	101.282	64.054	23.238
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	13.388	65.337
	20.522.259	19.942.721	2.867.804	2.576.720
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	14.321.540	15.300.801	1.764.122	1.538.784
Vendas no Proinfa	126.900	120.827	39.408	36.016
	34.970.699	35.364.349	4.671.334	4.151.520

(*) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também a atualização do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 4.

(c) Receita de Construção

Refere-se a receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

(d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Tributos sobre a Receita				
ICMS	471.073	430.422	464.540	428.200
COFINS	449.280	392.719	412.577	370.477
PIS-PASEP	97.532	85.250	89.540	80.430
ISSQN	852	646	775	609
	1.018.737	909.037	967.432	879.716
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	144.979	119.062	126.257	104.677
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	72.658	56.146	72.659	56.146
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	49.363	58.621	49.363	58.622
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	23.957	20.310	17.360	15.464
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	17.701	15.627	17.360	15.466
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	8.851	7.876	8.680	7.795
Encargo de Capacidade Emergencial	-	358	-	-
	317.509	278.000	291.679	258.170
	1.336.246	1.187.037	1.259.111	1.137.886

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal(a)	311.505	300.119	281.957	274.989
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	63.289	54.987	59.215	52.082
Obrigações Pós-Emprego	29.992	27.784	29.992	27.784
Materiais	23.844	23.203	18.467	15.562
Serviços de Terceiros (b)	217.506	163.792	162.478	140.729
Depreciação e Amortização	356.986	380.564	310.851	340.215
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	179.499	147.531	178.072	146.345
Provisões Operacionais (reversão)	(1.821)	12.177	2.894	14.327
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	269.269	244.597	267.863	252.457
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	728.807	582.990	713.066	582.600
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	118.320	92.396	107.304	56.980
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	131.242	85.963	115.642	77.614
	2.428.438	2.116.103	2.247.801	1.981.684

a) Despesas com Pessoal	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações e Encargos	268.974	268.188	239.726	243.058
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.990	16.747	17.990	16.747
Benefícios Assistenciais	28.807	27.584	28.807	27.584
	315.771	312.519	286.523	287.389
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(13.093)	(16.706)	(13.093)	(16.706)
	302.678	295.813	273.430	270.683
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	8.827	4.306	8.527	4.306
	311.505	300.119	281.957	274.989

Programas de Desligamento de Empregados:

a) Programa Desligamento Premiado – PDP

A Companhia manteve, de novembro de 2011 a 17 de janeiro de 2012 o Programa Desligamento Premiado (PDP), que tinha entre os seus principais benefícios os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias) Em 2012, houve a adesão de 69 empregados.

b) Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa será registrado em 2013 em conformidade a adesão dos empregados, sendo que o prazo de desligamento se encerrará em junho de 2013.

b) Serviços de Terceiros	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Comunicação	10.589	10.784	6.652	8.039
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	54.165	27.519	28.017	20.286
Conservação e Limpeza de Prédios	20.370	21.745	19.228	20.409
Mão de Obra Contratada	6.554	4.885	6.234	3.946
Fretes e Passagens	5.421	4.355	3.248	2.964
Hospedagem e Alimentação	4.874	4.648	4.615	4.575
Vigilância	11.769	11.312	11.522	11.309
Consultoria	14.368	10.562	2.061	4.500
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	15.794	9.292	15.750	9.269
Manutenção e Conservação de Veículos	7.990	4.765	7.361	4.248
Energia Elétrica	6.368	5.532	5.550	4.989
Meio Ambiente	23.147	17.947	21.890	17.020
Limpeza de Faixas	2.119	1.044	2.046	1.044
Serviços de Reprografia	2.817	2.413	2.549	2.035
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.938	1.608	3.456	1.482
Outros	27.223	25.381	22.299	24.614
	217.506	163.792	162.478	140.729

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Energia de curto prazo	75.748	2.042	68.471	1.652
Contratos Bilaterais	-	630	-	630
Energia adquirida no Ambiente Livre	717.408	637.269	707.361	637.269
Créditos de PASEP-COFINS	(64.349)	(56.951)	(62.766)	(56.951)
	728.807	582.990	713.066	582.600

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	2.082	679	2.064	679
Materiais	56.995	54.508	50.767	29.105
Serviços de Terceiros	50.699	26.150	46.589	21.269
Outros	8.544	11.059	7.884	5.927
	118.320	92.396	107.304	56.980

e) Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Arrendamentos e Aluguéis	20.323	18.066	17.660	16.268
Propaganda e Publicidade	1.527	988	977	914
Subvenções e Doações	16.406	12.184	16.378	11.974
Taxa de Fiscalização da ANEEL	22.872	22.099	19.369	19.392
Despesa Concessão Onerosa	839	927	834	820
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.512	5.125	4.059	4.045
Contribuição ao MAE	3.409	3.228	3.409	3.228
Seguros	6.272	4.553	3.481	2.673
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	7.938	1.002	7.798	970
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.113	3.606	5.113	3.606
Outros	39.031	14.185	36.564	13.724
	131.242	85.963	115.642	77.614

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	173.568	253.310	105.975	218.104
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.830	4.548	3.825	4.529
Variação Monetária	20.927	12.779	6.349	7.165
Variações Cambiais	29.055	54	127	54
Ajuste a Valor Presente	11.659	-	11.603	-
Outras	19.015	5.837	4.906	4.640
	258.054	276.528	132.785	234.492
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(588.304)	(746.817)	(370.233)	(586.225)
Variação Monetária – Forluz	(21.153)	(24.082)	(21.153)	(24.082)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(130.418)	(87.520)	(121.665)	(87.520)
Variações Cambiais	(44.093)	(10.872)	(51)	(310)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(32.520)	(20.227)	(30.431)	(20.227)
Ajuste a Valor Presente	-	(1.065)	-	(1.065)
Outras	(81.346)	(47.967)	(31.253)	(21.927)
	(897.834)	(938.550)	(574.786)	(741.356)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(639.780)	(662.022)	(442.001)	(506.864)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	749	7.018	-	-	701	(1.641)
Pessoal Cedido (2)	-	-	2.586	2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	399.476	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	1.470	20	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	18.063	18.066	-	-	(1.547)	(7.978)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	13.293	14.819	-	-	146.548	120.013	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	17.467	14.350	3.274	3.522	163.675	132.987	(41.318)	(45.312)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	16.629	260	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	37.716	115.026	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	1.068	1.430	-	-	(9.809)	(12.411)
Light								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	-	-	130	130	26.841	26.215	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	127	138	1	1	4.830	4.305	(14)	(16)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	26.218	5.513	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	-	-	64	42	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Não Circulante								
Debêntures (4)	-	-	52.758	46.896	-	-	(5.862)	(9.813)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	37.114	53.687	-	-	(21.153)	(24.082)
Despesa de Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(17.990)	(16.747)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(5.113)	(3.606)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	147.290	138.095	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	133.572	130.969	-	-	(13.988)	(12.557)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (9)	507	-	2.797	6.892	-	-	-	-
Mútuo (10)	-	-	31	28	-	-	-	-
Não Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (9)	6.961	4.395	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 21) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (9) Contrato com a Construtora Andrade Gutierrez S.A para construção da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).
- (10) O saldo refere-se à diferença na alteração do índice de remuneração do contrato de mútuo celebrado entre Andrade Gutierrez Participações S.A e Santo Antônio Energia S.A em 6 de dezembro de 2008 de IGP-M para TJLP acrescida de 3,1%, aprovada em reunião do Conselho da Administração da Santo Antônio Energia S.A realizada em 24 de fevereiro de 2010.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 17, 19 e 23.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora.

	2012	2011
Remuneração	7.762	9.142
Participação nos Resultados	2.301	1.980
Benefícios Pós Emprego	888	713
Benefícios Assistenciais	1.243	102
Total	12.194	11.937

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. Estes instrumentos financeiros da Madeira Energia foram integralmente liquidados em 2012.

Categoria dos Instrumentos financeiros	2012		2011		01/01/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equivalentes de Caixa	794.299	794.299	1.511.285	1.511.285	1.744.116	1.744.116
Consumidores e Revendedores	523.033	523.033	467.200	467.200	397.301	397.301
Concessionários - Transporte de Energia	134.826	134.826	145.407	145.407	109.092	109.092
Ativos Financeiros da Concessão	<u>3.867.403</u>	<u>3.867.403</u>	<u>4.709.045</u>	<u>4.709.045</u>	<u>3.712.033</u>	<u>3.712.033</u>
	5.319.561	5.319.561	6.832.937	6.832.937	5.962.542	5.962.542
Disponíveis para Venda						
Ativos Financeiros da Concessão	827.519	827.519	-	-	-	-
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Imobiliários	511.532	511.532	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	908.698	908.698	170.492	170.492	319.277	319.277
Passivos Financeiros:						
Avaliados ao custo amortizado						
Fornecedores	292.648	292.648	183.929	183.929	175.792	175.792
Concessões a Pagar	202.760	202.760	131.091	131.091	123.871	123.871
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.140.323	8.555.653	8.347.940	8.249.127	7.635.770	7.635.770
Dívida Pactuada com Forluz	<u>184.406</u>	<u>184.406</u>	<u>191.782</u>	<u>191.782</u>	-	-
	8.820.137	9.235.467	8.854.742	8.755.929	7.935.433	7.935.433
Valor justo por meio de resultado:						
Instrumentos Derivativos – contrato de <i>Swap</i>	237	237	(358)	(358)	2.379	2.379
Instrumentos Derivativos – contrato de Opção	183	183	1.095	1.095	-	-
Instrumentos Derivativos – Balcão	-	-	618	618	-	-

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de hedge, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2012		2011		01/01/2011	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-americano						
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	110.725	226.267	77.547	145.463	-	-
Euro						
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	-	-	570	1.387	1.711	3.809
Passivo Líquido Exposto		226.267		146.850		3.809

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2013 será uma valorização de 0,29% para o dólar (R\$2,050). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco Exposições Cambiais - Consolidado	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	226.267	226.931	283.664	340.397
Passivo Líquido Exposto	226.267	226.931	283.664	340.397
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	664	57.397	114.130

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		
	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011
Ativos			
Equivalentes de Caixa (nota 6)	794.299	1.511.286	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	1.420.230	170.492	319.277
Fundos Vinculados	6	8	3
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 19)	(4.378.820)	(6.355.456)	(5.937.312)
Passivo Líquido Exposto	(2.164.285)	(4.673.670)	(3.873.916)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,25% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,25% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 9,06% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 10,88% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (nota 6)	794.299	851.886	866.262	880.719
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	1.420.230	1.523.197	1.548.903	1.574.751
Fundos Vinculados	6	6	7	7
	2.214.535	2.375.089	2.415.172	2.455.477
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 19)	(2.909.761)	(3.120.719)	(3.173.385)	(3.226.343)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 19)	(1.469.059)	(1.542.512)	(1.560.875)	(1.579.238)
	(4.378.820)	(4.663.231)	(4.734.260)	(4.805.581)
Passivo Líquido Exposto	(2.164.285)	(2.288.142)	(2.319.088)	(2.350.104)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(123.857)	(154.803)	(185.819)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Consolidado	
	2012	2011
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 19)	(3.411.986)	(1.785.160)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	827.519	-
Passivo Líquido Exposto	(2.584.467)	(1.785.160)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,42% e 5,21%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,42% IGP-M 5,21%	Cenário Possível IPCA 6,78% IGP-M 6,51%	Cenário Remoto IPCA 8,13% IGP-M 7,82%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 19)	(3.359.228)	(3.541.298)	(3.586.984)	(3.632.333)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – (IGP-M) (nota 19)	(52.758)	(55.507)	(56.193)	(56.884)
	(3.411.986)	(3.596.805)	(3.643.177)	(3.689.217)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão	827.519	870.633	881.390	892.231
Passivo Líquido Exposto	(2.584.467)	(2.726.172)	(2.761.787)	(2.796.986)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(141.705)	(177.320)	(212.519)

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto administram o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A Cemig Geração e Transmissão utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Companhia estabelece um caixa mínimo para suas operações.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	560.329	160.104	1.228.467	4.994.092	4.863.599	11.806.591
Concessões a pagar	1.596	4.721	12.349	63.255	155.398	237.319
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.853	3.731	17.141	103.766	214.648	341.139
	563.778	168.556	1.257.957	5.161.113	5.233.645	12.385.049
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	205	592	8.342	57.559	126.161	192.859
Fornecedores	291.377	-	-	-	-	291.377
	291.582	592	8.342	57.559	126.161	484.236
	855.360	169.148	1.266.299	5.218.672	5.359.806	12.869.285

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	554.504	139.105	888.829	2.961.932	2.088.475	6.632.845
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	1.853	3.731	17.141	103.766	214.648	341.139
	556.357	142.836	905.970	3.065.698	2.303.123	6.973.984
- Pré-fixadas						
Fornecedores	206.569	-	-	-	-	206.569
	762.926	142.836	905.970	3.065.698	2.303.123	7.180.553

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$6.633.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto venham a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas da Companhia e suas principais controladas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 2013 todas as cláusulas restritivas foram atendidas. Vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela TAESA. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Os contratos de Swaps de taxa de juros (Libor), contratados pela UNISA, têm o objetivo de mitigar o risco de aumento das taxas de juros, limitando sua exposição à Libor em 7% e 8%. Dadas as características dos contratos, esses swaps só impactarão o resultado da Companhia (benefício), no momento em que a Libor ultrapassar 7% e 8%, o que não ocorreu.

Por meio da controlada em conjunto Madeira, a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa, integralmente resgatados em 2012.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

O quadro a seguir apresenta os Instrumentos Derivativos contratados pelas controladas em conjunto da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	-	R\$120.000	-	618	-	618	1.863	-
Euro	variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
TAESA											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over	USD	Em 11/2022	Swap	42.160	27.561	144	(216)	144	(216)	144	-
Libor											
Libor6M + Over	USD	Em 11/2018	Swap	4.632	3.028	3	(18)	3	(18)	3	-
Libor											
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over	USD	Em 05/2020	Swap	59.946	39.188	89	(124)	89	(124)	89	-
Libor											
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	4.699	3.072	183	470	183	470	183	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	4.939	3.229	-	511	-	511	-	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	-	2.743	-	112	-	112	-	-
Total						419	1.356	419	1.356	2.282	-

(*) Empresas controladas pela TAESA.

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Dez/12)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Total do Passivo	10.828.564	10.407.164
Caixa e Equivalentes de Caixa	(825.362)	(1.550.033)
Passivo Líquido	10.003.202	8.857.131
Total do Patrimônio Líquido	5.406.406	5.086.076
Relação Passivo Líquido sobre Capital	1,85	1,74

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Valor justo em 31 de dezembro de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	630.227	-	630.227	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	20.722	20.722	-	-
Letras do Financeiras - Bancos (LFs)	141.066	-	141.066	-
Debêntures	80.534	-	80.534	-
Outros	36.149	-	36.149	-
	908.698	20.722	887.976	-
Ativos Financeiros da Concessão	827.519	-	-	827.519
Total	1.736.217	20.722	887.976	827.519

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. Desta maneira, não existem movimentações de resultado, além daquelas divulgadas na nota 4 destas demonstrações financeiras.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, são utilizadas cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro, bem como metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

30. SEGUROS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2012 a 29/04/2013	US\$7.285	US\$130
Aeronáutico – Aeronaves	Responsabilidade Civil	29/04/2012 a 29/04/2013	US\$14.000	
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	08/11/2012 a 08/11/2013	R\$308.320	R\$85
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência acima de R\$1.500 mil	Total (1)	07/12/2012 a 07/12/2013	R\$1.322.191	R\$1.721
Taesa				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (*)	Total (3)	19/08/2012 a 19/08/2013	R\$932.678	R\$700
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (**)	Total (3)	13/12/2012 a 13/12/2013	R\$1.887.181	R\$1.257
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (*)	Responsabilidade Civil	19/08/2012 a 19/08/2013	LMI R\$10.000	R\$36
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (**)	Responsabilidade Civil	13/12/2012 a 13/12/2013	LMI R\$10.000	R\$82
Diretores e Gerentes (***)	Responsabilidade Civil	18/08/2012 a 18/08/2013	LMG R\$10.000	R\$20
Veículos (****)	105% da Tabela Fipe	19/08/2012 a 19/08/2013	-	R\$320

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Madeira Energia				
Garantia	Garantia de Obrigações Públicas(4)	07/03/2008 a 11/10/2016	R\$162.500	R\$20.227
	Risco Engenharia - All Risks(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$12.718.975	
	Responsabilidade Civil(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$10.000	
	ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais)(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$1.630.155	R\$134.996
Obras Civis - construção, instalação e montagem	Riscos Operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina, materiais nele incorporados, edifícios e seus conteúdos(5)	11/11/2008 a 03/11/2016	R\$2.928.749	
Manutenção Garantia	RE/All Risks dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia.(6)	23/03/2011 a 30/11/2017	R\$4.514.745	R\$25.916
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de Materiais Permanentes	26/09/2012 a 26/09/2013	R\$65.103	R\$73
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	RC Obras/Cruzada e Empregador(7)	06/04/2012 a 06/04/2015	R\$60.000	R\$372
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(8)	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$3.176.314	R\$2.137
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(9)	31/01/2010 a 31/12/2015	USD309.750	USD363
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE.	31/12/2011 a 31/12/2012	R\$50.000	R\$552
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15/08/2012 a 15/08/2013	R\$50.000	R\$125

Os valores informados correspondem a 100% de cada empresa, não proporcionalizados.

(1) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$170 milhões.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$20 milhões, exceto para uma apólice de R\$231 milhões da controlada NTE que é de R\$50 milhões.

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$50 milhões.

(4) Premio pago para a vigencia total da apólice (8 anos).

(5) Premio pago para a vigencia total da apólice (8 anos).

(6) Premio pago para a vigencia total da apólice (6,5 anos).

(7) Premio pago para a vigencia total da apólice (3 anos).

(8) Premio pago para a vigencia total da apólice (6 anos).

(9) Premio pago para a vigencia total da apólice (6 anos).

(*)Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO, NTE, BRASNORTE, ETAUe empresa Taesa.

(**) Valores incluídos de ATE, ATE II, ATE III e STE.

(***) Taesa

(****) Valores incluídos de TSE, NVT, ETEO e BRASNORTE.

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.801.336	1.066.394	940.515	383.652	1.144.840	2.803.586	8.140.323
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	11.593	12.288	13.025	13.807	14.635	119.058	184.406
Compra de Energia	1.467.056	1.487.835	1.166.490	1.102.969	1.544.411	28.188.824	34.957.586
	3.279.985	2.566.517	2.120.030	1.500.428	2.703.886	31.111.468	43.282.314

32. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	12.078.511	4.109.325	339.612	1.555.207	981.960	(2.829.645)	16.234.970
Caixa e Equivalentes de Caixa	509.152	235.560	6.086	11.100	63.464	-	825.362
Contas a Receber	561.385	68.458	9.779	9.677	9.622	(1.062)	657.859
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	485.953	906.125	10.643	-	17.508	-	1.420.229
Tributos	146.455	87.954	1.105	7.850	6.834	-	250.198
Outros Ativos	352.586	34.212	3.392	53.911	9.288	(71.400)	381.989
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	10.022.980	2.777.016	308.607	1.472.669	875.244	(2.757.183)	12.699.333
PASSIVO	12.078.511	4.109.325	339.612	1.555.207	981.960	(2.829.645)	16.234.970
Fornecedores e Suprimentos	206.804	18.557	13.312	30.265	24.779	(1.069)	292.648
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.655.963	2.068.708	201.882	985.200	228.571	-	8.140.324
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	399.476	37.708	-	-	29.095	(66.804)	399.475
Obrigações Pós-Emprego	444.790	-	-	-	-	-	444.790
Tributos	506.521	149.187	4.180	1.329	23.714	232.566	917.497
Outros Passivos	458.551	54.768	2.685	110.469	11.925	(4.568)	633.830
Patrimônio Líquido	5.406.406	1.780.397	117.553	427.944	663.876	(2.989.770)	5.406.406
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	4.639.948	630.443	37.988	34.226	91.895	(10.430)	5.424.070
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(281.957)	(25.141)	(262)	(2.214)	(1.931)	-	(311.505)
Participação dos Empregados e Administradores	(59.215)	(3.996)	-	(78)	-	-	(63.289)
Obrigações Pós-Emprego	(29.992)	-	-	-	-	-	(29.992)
Materiais	(18.467)	(4.489)	(96)	(257)	(535)	-	(23.844)
Serviços de Terceiros	(162.478)	(37.398)	(3.510)	(5.770)	(8.930)	580	(217.506)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(178.072)	-	-	(392)	(1.035)	-	(179.499)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(711.484)	-	-	(12.763)	(4.560)	-	(728.807)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(267.862)	-	(2.886)	(5.734)	(2.637)	9.850	(269.269)
Depreciação e Amortização	(310.851)	(830)	(33.200)	(3.735)	(8.370)	-	(356.986)
Provisões Operacionais	(2.894)	4.715	-	-	-	-	1.821
Custo de Construção	(107.304)	(8.900)	-	-	(2.116)	-	(118.320)
Outras Despesas Líquidas	(119.186)	(9.359)	(1.294)	128	(1.531)	-	(131.242)
	(2.249.762)	(85.398)	(41.248)	(30.815)	(31.645)	10.430	(2.428.438)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	2.390.186	545.045	(3.260)	3.411	60.250	-	2.995.632
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(2.854)	-	(2.854)
Ganho na emissão de ações	-	259.325	-	-	-	-	259.325
Receita Financeira	132.336	111.238	1.454	3.381	9.645	-	258.054
Despesa Financeiro	(574.337)	(257.230)	(16.916)	(32.748)	(16.603)	-	(897.834)
Resultado antes do IR e CSLL	1.948.185	658.378	(18.722)	(25.956)	50.438	-	2.612.323
Imposto de Renda e Contribuição Social	(558.891)	(59.969)	(1.639)	-	(11.714)	-	(632.213)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(9.133)	(48.828)	1.617	197	(4.478)	-	(60.625)
Resultado do Período	1.380.161	549.581	(18.744)	(25.759)	34.246	-	1.919.485

33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Os ativos e passivos relacionados às aquisições e diluições de participações de controladas em conjuntos, com exceção de Caixa e Equivalente de Caixa, foram eliminados na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Estes ativos e passivos estão demonstrados na Nota Explicativa nº 14.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

Emissão de debêntures pela Santo Antônio Energia (Controlada da Madeira Energia)

Em 11 de janeiro de 2013 foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, a Escritura Particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, celebrada entre a Santo Antônio Energia, como emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante do debenturista e a Companhia, como interveniente anuente. A emissão ocorreu em janeiro de 2013 com valor total de R\$ 420.000.

Antecipação de amortização de dívida da TAESA

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., liquidou antecipadamente, em 15 de março de 2013, contratos de financiamento firmados entre o BNDES e suas antigas subsidiárias NTE, STE, ATE (incorporadas na Companhia em 31 de janeiro de 2013), bem como o contrato de financiamento firmado com o sindicato constituído pelo bancos Santander, Citibank e BNP Paribas. O montante total das dívidas liquidadas antecipadamente foi de R\$ 278,1 milhões, divididos em: i) R\$ 74,7 milhões na NTE, ii) R\$ 51,7 milhões na STE, iii) R\$ 138,1 milhões na ATE e iv) R\$ 13,6 milhões na TAESA.

Djalma Bastos de Moraes Diretor-Presidente	Arlindo Porto Neto Diretor Vice-Presidente	Luiz Fernando Rolla Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Frederico Pacheco de Medeiros Diretor de Gestão Empresarial	José Carlos de Mattos Diretor de Gás	José Raimundo Dias Fonseca Diretor Comercial
Luiz Henrique de Castro Carvalho Diretor de Geração e Transmissão	Fernando Henrique Schüffner Neto Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Ricardo José Charbel Diretor
Luiz Henrique Michalick Diretor de Relações Institucionais e Comunicação		Maria Celeste Moraes Guimarães Diretora Jurídica
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140		Mário Lúcio Braga Gerente de Contabilidade Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais da Cemig Geração e Transmissão S.A. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

- a. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6(i), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
- b. Conforme descrito na nota explicativa nº 1(a), a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo imobilizado dessa controlada em conjunto, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia é no montante de R\$1.452.735 mil. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e registrado saldo de passivo circulante superior ao seu ativo circulante. Conforme descrito na nota explicativa 1(a), a Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo e, nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
- c. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial individual e consolidado levantado em 1º de janeiro de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados pelas razões descritas na nota explicativa 2.5, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 27 de março de 2013, o qual conteve parágrafo de ênfase relacionados ao assunto descrito no item “b” acima.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 S/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31-12-2012, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30-04-2013.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 491ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2013, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
- Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
- Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
- Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
- José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
- Ricardo José Charbel - Diretor
- José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
- Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
- Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 491ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 27-03-2013, aprovamos a conclusão, em 27-03-2012, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2012; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
Ricardo José Charbel - Diretor
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica